

# Boletim do Portal

## História da Psicologia 4



*Organizadores*

André Elias Morelli Ribeiro

Júlia Lombardi Carneiro

Arthur Arruda Leal Ferreira

Marcus Vinícius do Amaral

Gama Santos



© 2025

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora do Portal História da Psicologia

### **Equipe de realização**

**Editor Responsável:** André Elias Morelli Ribeiro

**Revisão final:** André Elias Morelli Ribeiro e Júlia Lombardi Carneiro

**Capa:** André Elias Morelli Ribeiro, com imagens geradas por inteligência artificial (Gemini 3 Pro)

**Projeto gráfico e diagramação:** Thaís Souza dos Santos

Ficha catalográfica elaborada por Camila Aparecida Rodrigues -  
Bibliotecária CRB SP-010133/O

Boletim do portal história da psicologia 4 [livro eletrônico] / organização André Elias Morelli Ribeiro ... [et al.]. -- Rio das Ostras, RJ : Portal História da Psicologia, 2025. -- (Boletim do Portal ; 4)

PDF

Outros organizadores: Júlia Lombardi Carneiro, Arthur Arruda Leal Ferreira, Marcus Vinicius do Amaral Gama Santos.

Vários autores.

Bibliografia.

DOI 10.5281/zenodo.18098476

ISBN 978-65-997325-8-4

1. Artigos - Coletâneas 2. Psicologia  
3. Psicologia - História 4. Psicologia - Pesquisa  
5. Publicações científicas I. Ribeiro, André Elias Morelli. II. Carneiro, Júlia Lombardi III. Ferreira, Arthur Arruda Leal IV. Santos, Marcus Vinicius do Amaral Gama V. Série.

# Racismo Científico e a Psicologia Norte-Americana

Andrew S. Winston

Tradução de Livia dos Santos Martinelli, revisão de Livia dos Santos Martinelli e André Elias Morelli Ribeiro, notas de André Elias Morelli Ribeiro

Publicado originalmente em: Winston, A. (2020). *Scientific Racism and North American Psychology*. *Oxford Research Encyclopedia of Psychology*. Disponível em: <https://oxfordre.com/psychology/view/10.1093/acrefore/9780190236557.001.0001/acrefore-9780190236557-e-516>.

## Resumo

O uso de conceitos e dados da psicologia para favorecer ideias de uma hierarquia racial persistente data do final do século XIX e perdura até o presente. A história do racismo científico na psicologia está interligada a debates mais amplos, ansiedades e problemas políticos na sociedade americana. Com a ascensão da testagem de inteligência junto a ideias de progresso eugenista e reprodução disgênica, os conceitos e dados da psicologia vieram a ter um papel importante em naturalizar a desigualdade racial. Apesar de comparações raciais não terem sido a preocupação primária da maioria dos primeiros testes mentais, os resultados foram utilizados para justificar crenças em relação a

“educabilidade” de negros e os perigos da imigração de pessoas vindas do Sul e do Leste Europeu. A psicologia convencional americana se tornou, cada vez mais, liberal e antirracista no fim dos anos 1930 e depois da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o racismo científico não desapareceu e passou por renovação durante o período dos Direitos Civis e, novamente, nos anos de 1970 e 1990, escores de testes de inteligência foram a arma principal nas tentativas de preservar as escolas segregadas e, posteriormente, justificar a desigualdade econômica. Nos casos de Henry Garrett, Arthur Jensen e Philippe Rushton, seus trabalhos incluíram promoção ativa e pública das suas opiniões de diferenças raciais persistentes e o envolvimento com publicações e com grupos sob controle de extremistas raciais e neonazistas. Apesar de 100 anos de fortes críticas ao racismo científico, um pequeno, mas ativo, grupo de psicólogos ajudou a reviver alegações violentas do século XIX em relação a inteligência, tamanho do cérebro, moralidade, criminalidade e sexualidade de negros apresentadas como fatos científicos imparciais. Estas novas alegações foram usadas em campanhas populares que visavam eliminar programas governamentais, promover separação racial e aumentar restrições para imigração. Esta história inquietante levanta importantes questões éticas para a disciplina.

## **Introdução**

Desde os anos de 1930, psicólogos americanos tiveram um papel importante na exploração da natureza do preconceito e na luta contra injustiças raciais (p.e., Pettigrew, 2011). Entretanto,

psicólogos também tiveram grande papel na promoção do “racismo científico”, definido aqui como o uso de conceitos e dados científicos para criar e justificar ideias, baseadas na biologia, de uma hierarquia social. Esta prática se tornou parte da psicologia americana do início do século XX e tem persistido até o presente. O termo “racismo científico” é problemático, dado que o termo “racismo” só se tornou de uso comum nos anos de 1930 e termos mais antigos, como “racialismo”, tem significados coincidentes, mas não idênticos. Apesar de a palavra “racismo”<sup>1</sup> permanecer um termo em debate, seu uso não é mais limitado aos sentimentos e vieses de indivíduos. Acadêmicos contemporâneos agora enfatizam a manifestação do racismo em práticas discursivas, organizações institucionais e inequidades de poder (p.e., Salter e Adams, 2010; Reisigl e Wodak, 2001). Iniciando nos anos de 1990, historiadores forneceram um entendimento de como a ciência psicológica poderia incorporar, consagrar e promover o racismo (p.e., Guthrie, 1998; Jackson, 2001b, 2005; Mehler, 1997; Richards, 2012; Tucker, 1994, 2002, 2008; Winston, 2004). Este trabalho tem mostrado as formas em que o discurso científico na psicologia tem sido usado para apoiar a discriminação racial, enquanto mantém aparência de neutralidade política e ideológica.

Duas questões tornam mais complexas o lugar da psicologia nesta história. Primeira, a criação do racismo científico sempre

---

<sup>1</sup> [N. do R.] No Brasil, a palavra “racismo” provavelmente apareceu no início do século XX, como tradução da palavra francesa “*racisme*” e da palavra inglesa “*racism*”, porém só passou a ser amplamente utilizada a partir dos anos 1950.

foi um projeto multidisciplinar, envolvendo, primeiro, filósofos e anatomistas, e depois médicos, estatísticos, antropólogos, cientistas políticos, psicólogos e geneticistas (Mark, 2008). Separar o papel dos psicólogos das outras disciplinas, além de desafiador, é potencialmente um equívoco. Segunda, o racismo científico tem assumido formas e trajetórias diferentes na Alemanha, Grã-Bretanha, França, África do Sul e Américas do Sul e do Norte, geralmente conectado com a história complexa e variada da eugenia (Bashford e Levine, 2010). Entretanto, atores de diferentes nações forneceram apoio e colaboração, como a influência de cientistas americanos em políticas nazistas e eugenistas (Kühl, 1994). Apesar dos consideráveis perigos de uma abordagem “centrada nos EUA”, o exame do racismo científico e psicologia fora da América do Norte está além do alcance deste ensaio. O curso do racismo científico no século XX na psicologia norte-americana estava relacionado intimamente ao desenvolvimento e implementação da testagem da inteligência. Historicamente, comparações raciais de escores dos testes de inteligência não têm sido tão proeminentes nas comunidades psicológicas de outros países (Richards, 2004).

A trajetória do racismo científico na psicologia está ligada com debates mais amplos, ansiedades e problemas políticos da sociedade americana. Os “debates sobre educação de negros” do início do século XX, sobre imigração dos anos de 1920, a resistência ao Movimento dos Direitos Civis dos anos de 1950 e 1960, os debates sobre pobreza e educação primária dos anos de 1970 e 1980 e o medo decorrente da criminalidade urbana e da

deterioração social forneceram o contexto para a implementação de comparações raciais feitas por psicólogos americanos.

### **Pré-história do racismo científico na psicologia**

Anterior ao desenvolvimento da psicologia acadêmica na América, um “racismo proto-científico” já era uma característica importante da anatomia, medicina e etnologia. Teorias raciais no período do final do século XVIII ao meio dos anos de 1880 eram altamente variadas e intimamente ligadas as posições políticas e teológicas de seus tempos, especialmente os debates do século XIX sobre a origem monogenista ou poligenista da humanidade<sup>2</sup>, salvação universal, a reversibilidade da cor da pele sob variados climas e a abolição da escravidão (Dain, 2002). Usando as tipologias raciais de Linnaeus e Blumenbach, do período iluminista, as categorias de caucasianos, mongóis, americanos nativos e africanos eram por vezes organizados em uma “escala de natureza”, geralmente, mas nem sempre, identificados com supostas diferenças morais e intelectuais. No meio do século XIX, a “Escola Americana” de etnologia, desenvolvida pelo médico

---

<sup>2</sup> [N. do R.] Conforme a teoria monogenista, a humanidade se originou de um único ancestral, de modo que as diferenças físicas entre os povos seriam resultado de adaptações ao ambiente, como clima e alimentação. Estas teorias foram utilizadas por grupos religiosos e humanistas como argumento contrário à discriminação. Já a teoria poligenista propõe que os diferentes grupos humanos têm origens distintas, ou seja, não descendem de um único tronco ancestral. Esta teoria foi usada para justificar hierarquias raciais e práticas discriminatórias.

Samuel Morton<sup>3</sup> e pelo cirurgião Josiah Nott<sup>4</sup>, produziu um conjunto cada vez mais rígido de categorias raciais, com uma hierarquia explícita e uma crença em raças como atos separados de criação (Jackson e Weidman, 2004). A afirmação de Morton de que os africanos tinham menor volume craniano quando comparados a crânios de caucasianos, baseado no enchimento dos crânios de sua coleção com sementes de pimenta e, posteriormente, chumbo, incentivou a crença de que a capacidade craniana estava fortemente associada com a capacidade intelectual e com a habilidade de criar uma “civilização avançada”, tema que seria revivido na psicologia dos anos de 1980. O trabalho de Morton ainda era objeto de críticas e defesas 150 anos depois (Gould, 1981; Weisberg e Paul, 2016). Sua craniometria emergiu nos anos fundamentais da *American Statistical Society*, quando dados fraudulentos do censo de 1840 sobre supostos níveis de insanidade entre escravos e negros livres foram usados para argumentar que a escravidão era benéfica para

---

<sup>3</sup> [N. do R.] Samuel George Morton foi um médico e escritor nascido em 26 de janeiro de 1799, na Filadélfia, EUA, onde também faleceu em 15 de maio de 1851. Formou-se pela Universidade da Pensilvânia em 1820 e obteve grau avançado na Universidade de Edimburgo, na Escócia. Retornando à Filadélfia, iniciou sua prática médica em 1824 e lecionou anatomia na Universidade da Pensilvânia entre 1839 e 1843. Defensor do poligenismo, tentou fundamentar essa teoria por meio de medições cranianas, sendo possuidor de uma das maiores coleções de crânios da época.

<sup>4</sup> [N. do R.] Josiah Clark Nott foi um médico que nasceu em 31 de março de 1804, em Columbia, Carolina do Sul, Estados Unidos, e faleceu em 31 de março de 1873, em Mobile, Alabama, EUA. Nott especializou-se em doenças tropicais e foi pioneiro ao sugerir que a febre amarela poderia ser transmitida por mosquitos. Influenciado por Samuel Morton, Nott defendia o poligenismo, alegando que as raças humanas tinham origens distintas.

sua saúde, afirmação que resultou em intensos debates (Deutsch, 1944).

A maioria dos americanos brancos não precisavam de evidências para a inferioridade dos africanos; a conclusão parecia evidente em si mesma, como foi para o zoólogo Louis Agassiz<sup>5</sup> ao relatar sua repulsa em encontrar americanos negros em 1846 (Gould, 1981). Apesar de ideias científicas e pseudocientíficas como a “drapetomania” (a vontade patológica dos escravos de fugir da “proteção” do dono) terem sido utilizados na justificativa da escravidão, geralmente os cientistas se opunham à escravidão, mas mantinham uma hierarquia racial rígida ou apoiavam “repatriação” de americanos negros à África<sup>6</sup> (Jackson e Winston, 2009).

No final do século XIX, o racismo científico na Europa e na América tomou novas dimensões, tornadas possíveis pela recorrência do pensamento evolucionista. O nome de Darwin

---

<sup>5</sup> [N. do R.] Louis Agassiz nasceu em 28 de maio de 1807, em Môtier, no cantão de Friburgo, Suíça, e faleceu em 14 de dezembro de 1873, em Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos. Naturalista, geólogo e zoólogo, Agassiz foi uma figura central na ciência do século XIX, conhecido por seus estudos sobre glaciações e por sua oposição à teoria da evolução de Darwin.

<sup>6</sup> [N. do R.] A ideia de enviar pessoas escravizadas ou afro-americanos de volta para a África surgiu nos Estados Unidos no início do século XIX e foi promovida principalmente pela *American Colonization Society* (ACS), entidade fundada em 1816 por um grupo de políticos, religiosos e intelectuais brancos, dentre eles racistas e até antiescravistas, que acreditavam que os afro-americanos não poderiam viver em igualdade nos EUA. A proposta era repatriar afro-americanos livres para a África, especialmente para uma colônia criada para esse fim, a Libéria, um país fundado em 1822. Sua capital, Moróvia, recebeu esse nome em homenagem ao presidente James Monroe, um dos apoiadores da iniciativa.

seria usado, apesar de suas declarações conflitantes, embora, para sua época, matizadas, sobre raça. (Shields e Bhatia, 2009). A versão de evolução de Herbert Spencer<sup>7</sup>, com uma trajetória ascendente, suas noções de que raças “selvagens” e mulheres que representavam estágios primitivos da evolução, era mais adequada para justificar uma hierarquia racial, estrutura social patriarcal e a continuação da subjugação colonial. As ideias raciais místicas de Arthur de Gobineau<sup>8</sup> e outros, apesar de fora do discurso científico contemporâneo, forneceram uma fundação para a superioridade da raça ariana imaginária, posteriormente concebida como a raça teutônica ou nórdica. Estas ideias se

---

<sup>7</sup> [N. do R.] Herbert Spencer nasceu em 27 de abril de 1820, em Derby, Inglaterra, e faleceu em 8 de dezembro de 1903, em Brighton. Filósofo, sociólogo e pensador influente da era vitoriana, Spencer é conhecido por aplicar conceitos da biologia à sociedade, cunhando o termo “sobrevivência do mais apto” após a publicação de *A Origem das Espécies* de Charles Darwin. Spencer defendia o individualismo extremo e acreditava que a sociedade evoluía naturalmente, sem necessidade de intervenção estatal, ideias que influenciaram o liberalismo clássico e o darwinismo social. As ideias psicológicas de Spencer foram amplamente utilizadas por psicólogos dos séculos XIX e XX e sua influência no campo é ampla e vasta.

<sup>8</sup> [N. do R.] Arthur de Gobineau nasceu em 14 de julho de 1816, em Ville-d'Avray, França, e faleceu em 13 de outubro de 1882, em Turim, Itália. Diplomata, escritor e pensador francês, Gobineau é mais conhecido por sua obra *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas), publicada entre 1853 e 1855, que teve grande influência no desenvolvimento do racismo científico na Europa. Sua teoria racial defendia que a “raça ariana” era superior às demais e que a miscigenação levaria à decadência das civilizações. Embora suas ideias não tenham tido grande impacto imediato, elas foram posteriormente retomadas e distorcidas por ideologias racistas e nacionalistas no século XX.

enraizaram na América quando o economista William Z. Ripley<sup>9</sup> (1899) estabeleceu o argumento de três raças europeias: teutônicos, alpinos e mediterrâneos, usando a craniometria e o índice cefálico do formato do crânio.

As categorias raciais de Ripley foram tomadas pelo advogado e eugenista Madison Grant<sup>10</sup> (1916) em *The Passing of the Great Race* (O Desaparecimento da Grande Raça, em tradução livre). Grant organizou a oposição à imigração de pessoas oriundas do leste e do sul da Europa, especialmente de

---

<sup>9</sup> [N. do R.] William Zebina Ripley nasceu em 13 de outubro de 1867, em Medford, Massachusetts, EUA, e faleceu em 16 de agosto de 1941, em Boothbay, Maine, também nos EUA. Economista e antropólogo, Ripley foi professor no *Massachusetts Institute of Technology*, na Universidade de Columbia e na Universidade Harvard, além de atuar como administrador de padrões trabalhistas durante a Primeira Guerra Mundial. Ele propôs sua teoria racial na obra *The Races of Europe* (As Raças da Europa, em tradução livre), publicada em 1899, onde dividiu os europeus em três grandes grupos. Estes grupos seriam os teutônicos, com crânio longo, altos, de olhos e cabelos claros, predominantes no norte da Europa e que seriam mais vigorosos e líderes; os alpinos, com crânio curto, de estatura média e traços intermediários, comuns na Europa Central e que seriam pacíficos e trabalhadores; e os mediterrâneos, com crânio médio, baixos, de olhos e cabelos escuros, típicos do sul da Europa e com mais sensibilidade artística.

<sup>10</sup> [N. do R.] Madison Grant nasceu em Nova York em 19 de novembro de 1865 e faleceu na mesma cidade em 30 de maio de 1937. Advogado de formação, Grant se destacou como eugenista, conservacionista e teórico racial. Formado por Yale e Columbia, ele teve papel ativo na formulação de políticas de imigração restritiva e leis anti-miscigenação nos Estados Unidos, influenciado por ideias de supremacia branca e hierarquias raciais. Sua obra mais conhecida é *The Passing of the Great Race* (A Desaparecimento da Grande Raça, em tradução livre), de 1916, na qual defende a superioridade da “raça nórdica” e alerta para o “declínio” racial causado pela miscigenação e imigração. O livro teve grande impacto político e cultural, sendo citado por figuras como Theodore Roosevelt e, mais tarde, por ideólogos nazistas.

italianos e judeus. Ele acreditava que o contínuo influxo destes grupos para os Estados Unidos resultaria em miscigenação e superação genética da “grande” raça nórdica. O desafio por eles enfrentados nos invernos frios teria eliminado os defeituosos e criou os nórdicos, com indústria superior, energia, premeditação e virilidade superiores, de acordo com Grant (Spiro, 2009). A ideia dos “invernos frios” e da seleção natural como fontes da superioridade Branca Europeia forneceu uma nova versão das ideias do século XVIII que o clima afetava diretamente “carácter nacional” através de anatomia, como descrito em “Do Espírito das Leis de Montesquieu” (1750). A versão de Grant seria revivida por Philippe Rushton<sup>11</sup> nos anos 1990. Apesar de psicólogos estarem sendo atraídos para seu círculo, Grant não precisou de dados de psicólogos, já que a história e conquistas culturais dos nórdicos eram evidência suficiente. Grandes conquistas culturais por italianos renascentistas ou pelos antigos egípcios eram evidências de que eles deviam ter tido sangue nórdico.

### **Testagem mental, educabilidade, eugenia e imigração**

Antes de *The Passing of the Great Race* e da publicação dos testes Binet-Simon, o estudo quantitativo das habilidades mentais já estava em andamento nos anos de 1890. O psicólogo americano James McKeen Cattell, inspirado por seu contato com

---

<sup>11</sup>[N. do R.] John Philippe Rushton nasceu em 3 de dezembro de 1943, em Bournemouth, Inglaterra, e faleceu em 2 de outubro de 2012, em Londres. Psicólogo e professor na Universidade de Western Ontario, no Canadá, Rushton ficou conhecido por suas teorias que relacionavam raça a características como inteligência, criminalidade e estratégias reprodutivas, ideias amplamente criticadas por cientistas e consideradas racistas.

Francis Galton, usou o tempo de reação, a acuidade sensorial e a memória como “testes mentais”. No *Psychological Review*, R. Meade Bache (1895) argumentou, a partir do trabalho de Herbert Spencer, que tempos de reação mais rápidos ou “movimentos automáticos” deveriam categorizar as “raças mais baixas”. Apesar de Bache não ser psicólogo, ele usou dados obtidos pelo psicólogo Lightner Witmer, para comparar “brancos”, “africanos” e “índios” no primeiro artigo empírico sobre diferenças raciais em um periódico de psicologia. Bache alegou que brancos eram realmente mais lentos e explicou os tempos de reação mais rápidos de nativos americanos comparados a africanos como devido à mistura de “sangue branco” no dos “negros”. Apesar da afirmação de Bache, o estudante de Witmer, Albert Lewis não observou nenhuma diferença racial nas mesmas mensurações, possivelmente do mesmo conjunto de dados (McReynolds, 1997). O tempo de reação se provaria como fonte de discussão altamente flexível; tempos mais rápidos poderiam ser interpretados como sinal de desenvolvimento racial “primitivo” ou “avançado”. Como Richards (2012) mostrou, nem todas as comparações raciais iniciais visavam estabelecer uma hierarquia racial. Por exemplo, o psicólogo chefe da Universidade Columbia, Robert S. Woodworth e seu assistente Frank Bruner coletaram dados na Exposição Universal de St. Louis<sup>12</sup> de 1904

---

<sup>12</sup> [N. do R.] A Exposição Universal de St. Louis, oficialmente chamada de *Louisiana Purchase Exposition*, foi realizada em St. Louis, Missouri, Estados Unidos, entre 30 de abril e 1º de dezembro de 1904. A exposição reuniu avanços tecnológicos, culturais e científicos de dezenas de países, com destaque para a apresentação de novos produtos como o cone de sorvete e o raio-X. Também sediou os Jogos Olímpicos de Verão de 1904, os primeiros

sobre os Ainus do Japão, “pigmeus” do Congo e uma variedade de grupos nativos americanos que estavam em exibição na feira. Woodworth comparou estes grupos com visitantes brancos em relação à força muscular, velocidade, precisão, visão e audição, assim como a performance no *Seguin Form Board*<sup>13</sup>. Mas Woodworth (1910) percebeu posteriormente que comparações entre peso do cérebro de “negros” e “brancos” “tem algo de lúdico” (p. 172) e criticou a noção popular que diferenças inatas entre grupos poderiam ser inferidas por diferenças culturais ou conquistas.

Os estudos da “psicologia das raças” de 1910 aos anos de 1930 eram orientados e inspirados por três preocupações. Primeiro, os “debates da educação dos negros”, que se iniciaram no final da Guerra Civil, deram aos cientistas um possível papel na justificativa das restrições brutais das oportunidades educacionais. Estas restrições se intensificaram e endureceram sob as leis de segregação Jim Crow<sup>14</sup> e a decisão da Suprema

---

realizados nos Estados Unidos. Contudo, a feira também refletiu os valores raciais e coloniais da época. Exibições etnográficas, como os chamados “vilarejos nativos”, mostravam povos indígenas e colonizados em condições estereotipadas e degradantes, reforçando ideias de superioridade europeia e norte-americana.

<sup>13</sup> [N. do R.] O *Seguin Form Board* é um instrumento psicológico desenvolvido por Édouard Séguin, médico francês nascido em 1812. O *Form Board* foi criado como uma ferramenta para avaliar habilidades motoras, percepção visual e capacidade de resolução de problemas em crianças com dificuldades cognitivas. Durante o século XX, o *Seguin Form Board* foi amplamente utilizado em instituições psiquiátricas e escolas especiais, sendo considerado um dos primeiros testes psicométricos aplicados sistematicamente.

<sup>14</sup> [N. do R.] As leis de segregação Jim Crow foram um conjunto de normas estaduais e locais que vigoraram principalmente no sul dos Estados Unidos

Corte no caso Plessy vs. Ferguson<sup>15</sup>, “separados, mas iguais”, em 1896. Com liderança de G. Stanley Hall, psicólogos brancos tomaram parte na questão dos supostos limites da “educabilidade” negra<sup>16</sup>. Segundo, o crescimento do movimento

---

entre o final do século XIX e meados do século XX. Criadas após a Reconstrução (período imediatamente posterior Guerra Civil Americana, durando aproximadamente de 1865 a 1877), essas leis institucionalizaram a segregação racial, separando brancos e negros em espaços públicos como escolas, transportes, restaurantes e banheiros. A doutrina “separados, mas iguais”, estabelecida pela Suprema Corte no caso Plessy v. Ferguson (1896), legitimou essa discriminação, embora na prática os serviços destinados à população negra fossem sistematicamente inferiores. Essas leis reforçavam a hierarquia racial e negavam direitos civis básicos aos afro-americanos, como o voto, por meio de testes de alfabetização, taxas e cláusulas de avô. A segregação também era mantida por violência e intimidação, com grupos como a Ku Klux Klan atuando para preservar a chamada “supremacia branca”.

<sup>15</sup> [N. do R.] O caso Plessy v. Ferguson foi decidido pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 1896 e considerado um marco na história da segregação racial. Ele teve origem quando Homer Plessy, um homem mestiço, foi preso por se recusar a sair de um vagão de trem exclusivo para brancos na Louisiana, desafiando a Lei de Carros Separados do estado. Plessy argumentou que a segregação violava a 14ª Emenda da Constituição, que garante igualdade de proteção sob a lei. No entanto, a Suprema Corte decidiu contra ele, estabelecendo a doutrina do “separados, mas iguais”. Segundo essa lógica, a segregação era constitucional desde que os serviços oferecidos aos brancos e aos negros fossem “iguais”, embora, na prática, fossem profundamente desiguais.

<sup>16</sup> [N. do R.] Debate empreendido por intelectuais brancos, influenciados por teorias pseudocientíficas, que questionava se os afro-americanos possuíam uma capacidade intelectual equivalente à dos brancos, justificando assim o acesso igualitário à educação. As escolas para negros, especialmente no sul segregado, eram sistematicamente subfinanciadas, mal equipadas e com currículos limitados. A educação oferecida era voltada para o trabalho manual e agrícola. A decisão da Suprema Corte em *Brown v. Board of Education*, declarada em 1954, determinou que a segregação escolar era inconstitucional e foi um marco na superação dessa visão limitante da educabilidade negra.

eugenista nos Estados Unidos pelos esforços do biólogo Charles B. Davenport<sup>17</sup>, fundador da *Eugenics Record Office*<sup>18</sup> em Cold Spring Harbor e promotor incansável da eugenia na América, fez da avaliação da qualidade de diversas “linhagens” raciais uma questão vital para muitos, mas certamente não todos, os eugenistas. Terceiro, temas eugenistas se uniram à crescente preocupação com a imigração trazida por Grant, pela *Galton*

---

17 [N. do R.] Charles Benedict Davenport foi um biólogo e zoólogo norte-americano, nascido em 1º de junho de 1866, em Stamford, Connecticut, e falecido em 18 de fevereiro de 1944, em Cold Spring Harbor, Nova York. Formado pela Universidade de Harvard, onde obteve seu doutorado em zoologia em 1892, Davenport tornou-se uma figura central no desenvolvimento da genética nos Estados Unidos. Davenport acreditava que características físicas e comportamentais eram hereditárias e defendeu políticas como a proibição de casamentos interracialis e restrições à imigração, com base em ideias de “pureza racial”. Seu trabalho influenciou políticas públicas nos EUA e teve ligações com instituições eugênicas da Alemanha nazista.

18 [N. do R.] O *Eugenics Record Office* (ERO) foi uma instituição fundada em 1910 em Cold Spring Harbor, Nova York, por Charles B. Davenport, com financiamento de filantropos como Mary Harriman. Seu objetivo era coletar e analisar dados genéticos e hereditários da população americana, promovendo a ideia de que características humanas, tais como a inteligência, a criminalidade e a pobreza, eram hereditárias e que poderiam ser controladas por meio da eugenia.

*Society* que ele fundou e a *Immigration Restriction League*<sup>19</sup>, do proeminente advogado Prescott F. Hall<sup>20</sup>.

Até o início do século XX, o uso do tempo de reação para avaliar a inteligência ou fazer comparações raciais não funcionou bem e a crítica à craniometria feita pelo antropólogo Franz Boas foi particularmente efetiva (Baker, 1998). Na França, Alfred Binet também havia abandonado a craniometria e seus novos testes não visavam comparações raciais nem confirmar a posição hereditária de Galton. Com a tradução e modificação do teste Binet-Simon por Henry Goddard, da Escola Vineland, e Lewis

---

<sup>19</sup> [N. do R.] A *Immigration Restriction League* (IRL) foi uma organização fundada em 1894 em Boston por três graduados da Universidade Harvard: Prescott F. Hall, Robert DeCourcy Ward e Charles Warren. Seu objetivo era limitar a imigração nos Estados Unidos, especialmente de grupos considerados "racialmente inferiores" ou "culturalmente incompatíveis", como os imigrantes do sul e do leste da Europa.

A IRL promovia a ideia de que a imigração em massa ameaçava a homogeneidade cultural e racial da sociedade americana. Defendia políticas como testes de alfabetização para imigrantes, restrições baseadas na origem nacional e cotas rigorosas. A organização teve influência significativa nas discussões políticas da época e contribuiu para a aprovação de leis restritivas de imigração, como o *Immigration Act* de 1924, que estabeleceu cotas baseadas na origem étnica para favorecer imigrantes do norte da Europa.

<sup>20</sup> [N. do R.] Prescott Farnsworth Hall foi um advogado, autor e ativista político norte-americano, nascido em 27 de setembro de 1868, em Boston, Massachusetts, e falecido em 28 de maio de 1921. Formado pela Universidade de Harvard, obteve seu bacharelado em 1889 e o diploma em Direito em 1892. Hall é mais conhecido por seu papel como fundador e primeiro secretário da *Immigration Restriction League*, criada em 1894. Essa organização foi o primeiro *think tank* anti-imigração dos Estados Unidos, promovendo políticas restritivas baseadas em ideias de eugenia e nativismo, uma ideologia política e social que propõe o favorecimento dos interesses dos habitantes nativos ou estabelecidos de um país em detrimento dos interesses dos imigrantes.

Terman, da Universidade de Stanford, a psicologia e a sociedade americanas entraram em uma nova era para a “medida de mérito” em uma ampla gama de contextos (Carson, 2007). Justificar uma hierarquia racial não era o objetivo principal da maioria das testagens mentais iniciais, mas para aqueles que esperavam que a superioridade branca ainda poderia ser baseada na ciência, os testes foram uma ferramenta poderosa pela qual concepções de inferioridade negra dos séculos XVIII e XIX poderiam ser tornadas “objetivas” de uma nova forma. Diferente das versões do século XIX, nas quais todos os africanos eram vistos como inerentemente inferiores aos europeus brancos, um novo racismo científico baseado em testagem mental permitiu discussões sobre distribuição e sobreposição, na forma proposta por Galton (1869). Em *Hereditary Genius* (Gênio Hereditário, em tradução livre), Galton discutiu “o valor comparativo de diferentes raças” e concluiu, de seu histórico de “conquistas” (conforme a avaliação dos autores brancos) e de suas próprias viagens, que a distribuição de faculdades mentais em negros se sobrepunha à da raça anglo-saxã, mas que a média da raça negra era dois níveis inferior, uma afirmação feita sem nenhuma medida de inteligência. Na América, o uso de distribuições sobrepostas, ao invés de categorias raciais rígidas, fez a ideologia implícita menos óbvia e seria, posteriormente, usada para negar acusações de racismo afirmando, como fez Vernon (1979), que o racismo só era cabível se todos os membros de uma raça são inferiores à outra.

A questão de inteligência e “educabilidade” negras foi tomada por Mayo (1913), Strong (1913) e Ferguson (1916). Estas comparações entre crianças negras e brancas americanas,

geralmente de escolas segregadas, forneceu a aparência da racionalidade distante e cuidadosa sobre raça. Explicações ambientais para escores diferentes foram rejeitadas e as escolas eram magicamente tratadas como iguais em seu valor educacional no estudo de Strong (1913), apesar do fato que o gasto por aluno naquele ano, na Carolina do Sul, foi de US\$14,79 para brancos e US\$1,68 para negros. Professores brancos eram pagos muito mais do que seus colegas negros; a proporção de alunos para funcionários era muito mais baixa e crianças brancas tinham períodos escolares substancialmente mais longos (Richards, 2012). Estes estudos iniciais ilustram as características do racismo científico posterior na psicologia: uso de dados extensivos e a consideração de possíveis explicações alternativas, com a hereditariedade sendo, no final, aceita, ainda que por vezes de forma relutante, como a melhor explicação da maioria das diferenças raciais. Como muitos destes autores não possuíam as visões altamente políticas e hostis de Madison Grant e dos nordicistas<sup>21</sup>, alguns historiadores (p.e., Richards, 2012) preferem ver este tipo trabalho como “racialista” do que como “racismo científico”. A posição tomada aqui é a de que o discurso desconectado da política criou uma forma mais efetiva de racismo científico, na qual os papéis de cientista e as opiniões políticas estão separados, permitindo que cientistas afirmem neutralidade

---

<sup>21</sup> [N. do R.] Os nordicistas foram pensadores, cientistas e ideólogos que, entre o final do século XIX e meados do século XX, promoveram a ideia de que os povos do norte da Europa, especialmente escandinavos, germânicos e anglo-saxões, pertenciam a uma “raça nórdica” superior em termos de inteligência, moralidade e capacidade civilizatória.

e, portanto, maior autoridade. As comparações entre crianças escolares negras e brancas continuou através dos anos de 1920, mas decaiu na psicologia americana nos anos de 1930.

Henry Goddard não estava preocupado com raça, mas em explicar como deficiência mental era hereditária e como o pauperismo, a criminalidade e a imoralidade resultam em falta de visão retrospectiva e de planejamento naqueles de baixa inteligência. Seu contato com Charles B. Davenport forneceu incentivo considerável para buscar a solução na eugenia (Zenderland, 1998). A tentativa de Goddard (1917) de identificar deficiência mental entre imigrantes da Ilha Ellis levou a sua conclusão de que, possivelmente por razões ambientais ou diferenças de classes sociais, europeus do leste e do sul demonstraram altos níveis de deficiência mental. Seus resultados foram então usados por outros para promover explicações hereditárias e a necessidade de restrição da imigração por raça para evitar deterioração social (Tucker, 1994). Lewis Terman também enfatizou inteligência como pré-requisito para moralidade sexual (Hegarty, 2013). Como Galton, Terman focou no lado “dotado” da distribuição, mas dados de variados grupos o levou a concluir que a inteligência limítrofe “é muito, muito comum entre famílias indígenas, espanholas e mexicanas do sudoeste e, também, entre negros. Sua estupidez parece ser racial ou, pelo menos, herdada das características das famílias das quais eles vêm.” Ele previu que pesquisas mais aprofundadas revelariam “diferenças raciais grandemente significativas em inteligência geral” que não poderiam ser eliminadas pela cultura (Terman, 1916, p.91-92). Turmas especiais, segregadas eram

necessárias para estas crianças, enfatizando o concreto e prático ao invés do aprendizado abstrato, para que eles possam ser transformados em trabalhadores eficientes. Como outros apoiadores da eugenia do início do século XX, Terman acreditava que, por causa da sua falta de visão retrospectiva e de restrição sexual, indivíduos e grupos com inteligência mais baixa estavam “reproduzindo excessivamente” enquanto aqueles com altos níveis de inteligência não conseguiam se reproduzir adequadamente. Pela década de 1920, estas ideias estavam interligadas com discussões públicas sobre moralidade, gênero, educação de mulheres, vida doméstica e familiar. Os problemas dos dotados, a moralidade, o crime, a sexualidade e as diferenças raciais eram, na visão progressista de Terman, relacionados à melhora social através da testagem de inteligência e de programas eugenistas (Hegarty, 2013; Winston, 2018).

Em 1917, o presidente da Associação Americana de Psicologia, Robert Yerkes, pediu que psicólogos proeminentes contribuíssem com o esforço de guerra e organizou uma testagem de inteligência em massa, de aproximadamente 1,7 milhões de recrutas do exército. Os objetivos eram identificar aqueles que eram “incompetentes mentais” para o serviço e auxiliar na classificação e organização do trabalho. As condições de testagem altamente problemáticas para massas de recrutas com pouca ou nenhuma educação e inglês mínimo foram descritas por Gould (1981) e Tucker (1994). Em seu relatório inicial, Yoakum e Yerkes (1920, p.193) perceberam que “os dados do exército sobre diferenças raciais eram escassas” e os escores menores dos negros foram mencionados apenas uma vez. O relatório de 890

páginas publicado no ano seguinte (Yerkes, 1921) dedicou um capítulo inteiro a “A Inteligência do Negro” e descreveu a “inferioridade marcante em inteligência dos recrutas de cor” (p. 707). Entre recrutas nascidos no exterior, aqueles de países eslavos e latinos mostraram escores significativamente menores do que europeus do norte, mas a hereditariedade não foi claramente usada para explicar estas diferenças. Não obstante, Carl Brigham (1923), totalmente comprometido com a classificação de Ripley de raças nórdicas, alpinas e mediterrâneas, analisou os dados do exército usando a nacionalidade original como análogo à raça. Ele concluiu que quanto mais sangue nórdico (i.e., quanto mais nórdico o país de nascimento), maiores os escores, e que esse mecanismo simples explicava o porquê de os recrutas nascidos na Inglaterra, Holanda, Escócia, Alemanha, e Dinamarca tinham escores superiores àqueles da Turquia, Grécia, Rússia, Itália e Polônia que, por sua vez, tinham escores maiores do que os negros. Ele afirmou (mas silenciosamente repudiou suas conclusões sete anos depois, conforme se vê em Brigham, 1930) que a inteligência dos imigrantes americanos estava diminuindo devido tanto ao grande influxo de raças inferiores quanto à presença dos representantes mais pobres destas raças. O intercruzamento iria produzir uma diminuição da raça superior, como predito por Madison Grant. A imigração precisava ser “restritiva e altamente seletiva”, mas eliminar a imigração ainda não resolveria o problema das “estirpes defeituosas” e da diminuição geral da inteligência. (Brigham, 1923, p.210). Os psicólogos Robert M. Yerkes, Lewis Terman, Henry Goddard, Edward Thorndike, Clark Wissler, William

McDougall, Carl Seashore e Carl Brigham eram todos membros da Sociedade Americana de Eugenia e acreditavam que testagem mental tinha um papel crucial em programas eugenistas. Mas somente Brigham contribuiu diretamente para a pesquisa racial, e suas visões sobre diferenças raciais eram variadas, abrangendo desde a hierarquia racial explícita e apoio à segregação racial estrita de McDougall (1921) até o desinteresse de Goddard pela raça. O livro de Brigham, apesar de promovido por Yerkes, esteve sob forte crítica de muitos de seus colegas brancos (Stout e Stuart, 1991), assim como de acadêmicos negros, como Horace Mann Bond (Guthrie, 1998; Jackson, 2004).

A Lei de Imigração de 1924, conhecida também como Lei Reed-Johnson<sup>22</sup>, estendeu o sistema de contingência da Lei de Imigração de 1917. O resultado foi a restrição severa da imigração de europeus do leste e sul, incluindo judeus da Rússia, que foram acusados de uma ampla gama de defeitos morais, assim como de bolchevismo. Os resultados da testagem do exército tiveram papel limitado nos debates sobre a Lei de Imigração de

---

<sup>22</sup>[N. do R.] A Lei Reed-Johnson, oficialmente conhecida como *Immigration Act of 1924*, foi uma legislação norte-americana que estabeleceu cotas rigorosas para a imigração, com base na origem nacional dos imigrantes. Promulgada em 26 de maio de 1924, a lei foi patrocinada por Albert Johnson, presidente do Comitê de Imigração da Câmara, e pelo senador David Reed. Ela refletia fortemente os ideais nativistas e eugenistas da época, buscando preservar a “composição racial” dos Estados Unidos.

A lei limitava a entrada de imigrantes a 2% do número de pessoas de cada nacionalidade que já viviam nos EUA em 1890, um critério que favorecia europeus do norte e oeste, e excluía drasticamente os do sul e leste europeu, além dos de origem asiática. Ela também proibiu completamente a imigração de pessoas do Japão, gerando tensões diplomáticas com aquele país.

1924, apesar de o papel de dados psicológicos era substancialmente mais importante do que o que foi defendido por Snyderman e Herrnstein (1983). Nenhum dos psicólogos testemunhou<sup>23</sup>, mas o trabalho de Brigham era bem conhecido pelo deputado Albert Johnson, autor da Lei de 1924, amigo próximo de Madison Grant e, em 1923, fora presidente da Associação de Pesquisa Eugenista. O testemunho que ajudou a garantir a aprovação da Lei veio, principalmente, do eugenista Harry Laughlin que, durante várias apresentações à Comissão de Imigração da Câmara, apresentou dados extensivos sobre doenças, condições degenerativas e a inferioridade mental e física de imigrantes recentes. Como descrito por Gelb, Allen, Futterman e Mehler (1986), Laughlin apresentou seis páginas de testemunho sobre a habilidade mental hereditária de imigrantes, como mostrados pelos testes do exército. Uma exibição sobre a herdabilidade de traços mentais, morais e físicos do Segundo Congresso Internacional de Eugenia foi exibido no prédio do Capitólio por três anos. Terman (1924) declarou que, através da testagem mental, a psicologia “tem se tornado um farol de luz do movimento eugenista” e “é usada por congressistas na reformulação da política nacional de imigração” (p.106). Há pouca dúvida de que a Lei de 1924 teria passado sem o uso de nenhum dado dos testes psicológicos (Samelson, 1979), mas também não há dúvida de que o trabalho dos psicólogos teve um papel importante.

---

<sup>23</sup> [N. do R.] Para a provação de leis, é comum que casas legislativas chamem especialistas para falarem.

## **O Recuo Parcial do Racismo Científico**

Durante os anos de 1930, o racismo científico estava sob ataque crescente na antropologia (Baker, 1998; Barkan, 1992) e, em menor escala, na psicologia. Ideias da superioridade nórdica sobre outras etnias europeias e ideias dos judeus como uma raça perderam valor por causa de associações com a ideologia nazista, os efeitos da Grande Depressão sobre as explicações hereditárias para pobreza e o interesse crescente, entre psicólogos, por atitudes e preconceitos em vez de diferenças raciais. Samelson (1978) sugeriu que o influxo de acadêmicos judeus refugiados pode ter tido um papel nesta mudança, apesar de os judeus constituírem um número muito pequeno de psicólogos na década de 1930 (Winston, 1996). Algumas críticas científicas eram particularmente efetivas, como quando Otto Klineberg (1935) virou os testes do exército da Primeira Guerra Mundial de ponta cabeça. Negros da Pensilvânia, Nova York, Illinois e Ohio tiveram scores ligeiramente mais altos do que os brancos “nórdicos” do Mississippi, Kentucky, Arkansas e Georgia, efeito que não poderia ser explicado pela “migração seletiva”. Alguns pesquisadores, como Thomas Garth, que haviam começado seus estudos de nativos americanos com uma crença firme nas diferenças raciais, se tornaram céticos e críticos. Mas o declínio do interesse em estudos raciais não foi universal. Raymond B. Cattell elogiou os esforços alemães de colocar princípios eugenistas em prática e continuou a alertar sobre os perigos da mistura racial, assim como fez o líder eugenista Charles B. Davenport (Richards, 2012; Tucker, 2008). Stanley Porteus, que

se mudou da Escola Vineland para a Universidade do Havaí em 1922, continuou a estudar as diferenças raciais na inteligência e outros traços na década de 1940 até sua morte em 1972. Sua crença de que seu teste labirinto era “livre de cultura” e que demonstrava a inferioridade de africanos era inabalável, apesar das mudanças no clima social e científico (p.e., Porteus, 1965).

Apesar das críticas de Otto Klineberg (1935), Ashley Montagu (1942), Ruth Benedict (1940) e outros alunos de Franz Boas serem efetivas, psicólogos não abandonaram o conceito de raça, que já estava sob ataque nos anos de 1930, nem a possibilidade de negros serem intelectualmente inferiores a brancos. O uso da categoria “nórdico” continuou em discussões de livros didáticos sobre raça nos anos de 1930 e 1940, mas, posteriormente, desapareceram amplamente (Winston, Butzer e Ferris, 2004). Psicologia introdutória em livros didáticos gradualmente começaram a tratar do problema das diferenças de inteligência entre brancos e negros como “incerto” devido à pobreza dos dados, mas não rejeitavam a legitimidade da questão. Richards (2012) demonstrou o declínio de comparações raciais na psicologia americana. Entretanto, o interesse na questão “natureza *versus* cultura” como originalmente formulada por Galton permaneceu em alta. Galton (1883) havia sugerido que o estudo de gêmeos forneceria a chave, mas não tinha formas de analisar a zigosidade. Vários estudos com gêmeos idênticos *versus* gêmeos fraternos foram publicados durante os anos de 1930 e 1940, incluindo gêmeos separados após nascimento (p.e., Newman, Freeman e Holzinger, 1937; ver também Woodworth, 1941). Estudante e colaboradora de Terman, Barbara Burks

(1928), comparou as semelhanças de escores de testes de inteligência de um grupo de crianças adotadas e seus pais adotivos com a semelhança de um grupo de crianças e seus pais biológicos, o primeiro de diversos estudos esperando avaliar natureza *versus* cultura. Apesar de estes estudos não se referirem à raça e oferecerem evidência do efeito do ambiente assim como da hereditariedade, estudos de adoção e de gêmeos se tornariam, posteriormente, uma ferramenta importante para reviver as interpretações hereditárias de diferenças raciais em escores de testes.

Os debates dos anos de 1920 e início dos anos de 1930 sobre raça e escores de testes de inteligência ocorreram quase inteiramente entre acadêmicos brancos. Com poucas exceções, americanos de origem africana permaneceram excluídos dos principais programas de pós-graduação em psicologia e de praticamente todas as posições acadêmicas, exceto das escolas negras<sup>24</sup> (ver Guthrie, 1998; Pickren, 2009). Depois de Francis Sumner se tornar o primeiro psicólogo negro a obter um PhD,

---

<sup>24</sup> [N. do R.] As universidades e escolas negras nos Estados Unidos, conhecidas como HBCUs (*Historically Black Colleges and Universities*, ou Escolas e Universidades Historicamente Negras, em tradução livre), desempenharam um papel fundamental na educação da população afro-americana desde o século XIX. Criadas em resposta à exclusão racial das instituições brancas, essas escolas surgiram para oferecer acesso à formação acadêmica e profissional a pessoas negras, especialmente após a abolição da escravidão. A primeira HBCU foi a *Cheyney University*, fundada na Pensilvânia em 1837. Outras instituições notáveis incluem *Howard University*, *Morehouse College*, *Spelman College* e *Tuskegee University*. Além de ensino superior, muitas escolas primárias e secundárias negras foram estabelecidas por igrejas, associações comunitárias e por filantropos como parte de um esforço coletivo para combater o analfabetismo e promover a mobilidade social.

com G. Stanley Hall na Universidade Clark e após Sumner estabelecer um programa de pós-graduação em psicologia altamente bem-sucedido na Universidade Howard, uma comunidade de psicólogos negros começou a emergir. Apesar das críticas iniciais ao racismo científico vir de W.E.B. Du Bois (1920) e Horace Mann Bond, como apontado em *Mental Testing, Educability, Eugenics, and Immigration* (Testagem mental, educabilidade, eugenia e imigração, em tradução livre), eles tendiam a aparecer em periódicos da NAACP<sup>25</sup>, *The Crisis* ou no *Journal of Negro Education*, publicado na Universidade Howard e poderiam ser facilmente ignorados por leitores e editores brancos de periódicos de psicologia tradicionais.

### **Racismo Científico e o Movimento dos Direitos Civis**

Henry Garrett (1894-1973), presidente da APA em 1946 e diretor executivo do departamento de psicologia da Universidade de Columbia de 1941 a 1955, teve importante papel na organização da oposição científica ao crescente Movimento dos Direitos Civis nos anos do pós-Guerra. Usando suas credenciais e expertise como psicólogo, Garrett trabalhou com e apoiou grupos extremistas raciais e neonazistas nestes objetivos (Tucker, 1994, 2002; Winston, 1998). Como jovem membro do

---

<sup>25</sup> [N. do R.] *National Association for the Advancement of Colored People*, ou Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor, em tradução livre, é uma das mais antigas e influentes organizações de direitos civis dos Estados Unidos. Fundada em 1909, em resposta ao aumento da violência racial e à discriminação contra afro-americanos, seu objetivo principal é garantir a igualdade política, educacional, social e econômica para todas as pessoas, especialmente aquelas marginalizadas por causa da raça.

corpo docente da Universidade de Columbia, onde havia recebido seu PhD, Garrett tinha interesse inicial em diferenças raciais e étnicas, mas sua posição hereditária era apresentada geralmente de forma moderada, e ele esteve disposto a supervisionar a tese de doutorado de uma aluna negra de pós-graduação, Mamie Phips Clark, que havia estudado com Sumner na Howard. Em 1945, Garrett começou a atacar argumentos de Ashley Montagu e Irving Lorge de que diferenças raciais em escores de testes de QI poderiam ter uma interpretação ambiental ou que educação e ambiente poderiam aumentar o QI. Usando uma estratégia que se tornaria fundamental, ele argumentou que a posição de Montagu era baseada em ideologia e “emoções pessoais”, referência velada ao contexto judeu de Montagu, enquanto a própria conclusão de Garrett de indiscutíveis diferenças raciais era apresentada como pensamento científico imparcial. Garrett testemunhou no caso *Davis v. County School Board*<sup>26</sup> de 1952, caso que precedeu o *Brown v. Board of Education*, e se posicionou a favor não somente que as escolas separadas “iguais” não causariam danos,

---

<sup>26</sup> [N. do R.] O caso *Davis v. County School Board of Prince Edward County* (1952) foi uma das cinco ações judiciais que culminaram na histórica decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em *Brown v. Board of Education* (1954), que declarou a segregação escolar inconstitucional. O processo teve início quando estudantes negros da *Robert Russa Moton High School*, na Virgínia, protestaram contra as condições precárias da escola, que era destinada exclusivamente a afro-americanos e carecia de recursos básicos, como aquecimento e laboratórios adequados. Liderados por Barbara Johns, uma estudante de 16 anos, os alunos organizaram uma greve e, com apoio da NAACP, entraram com uma ação judicial exigindo igualdade educacional. Ao contrário de outras ações que pediam melhorias nas escolas segregadas, *Davis v. County School Board* exigia o fim da segregação em si.

mas também que negros precisavam de suas próprias escolas para desenvolver o que Garrett alegou serem seus “talentos especiais” em música e atletismo, uma referência a estereótipos e preconceitos amplamente mantidos.

A decisão do caso *Brown v. Board of Education*, de 1954 galvanizou Garrett e outros ativistas raciais: eles acreditavam que a integração escolar inevitavelmente levaria à miscigenação e declínio da raça branca. Eles viam as declarações da UNESCO (1951) sobre raça como um sinal do perigo do pensamento “igualitário”. Se aposentando da Columbia em 1955, Garrett retornou a seu estado natal, a Virginia, e dedicou os últimos 18 anos de sua vida a promover a segregação racial com justificativa científica, como parte de “resistência massiva”. Estes esforços foram apoiados por dinheiro da *Pioneer Fund*<sup>27</sup>, criada pelo herdeiro de maquinário têxtil Wickliffe Draper<sup>28</sup>, que havia começado a financiar pesquisas sobre raça, eugenia, repatriação de negros e os danos da miscigenação desde o final dos anos de 1930 (Kenny, 2002; Lombardo, 2003; Tucker, 2002). Apesar de

---

<sup>27</sup> [N. do R.] A *Pioneer Fund* foi uma instituição dedicada originalmente à promoção da eugenia e da “melhoria genética” da população americana. O fundo financiou estudos que buscavam provar diferenças raciais em inteligência e comportamento, muitos dos quais foram amplamente criticados por sua falta de rigor científico e por promover ideias racistas. Entre os beneficiários estavam acadêmicos como Arthur Jensen e J. Philippe Rushton, cujos trabalhos geraram intenso debate público.

<sup>28</sup> [N. do R.] Wickliffe Preston Draper foi um empresário e filantropo norte-americano, nascido em 24 de agosto de 1891, em Hopedale, Massachusetts, e falecido em 26 de outubro de 1972, em Boston, Massachusetts. Herdeiro de uma fortuna familiar ligada à indústria têxtil, Draper é mais conhecido por seu papel controverso como financiador de pesquisas e organizações ligadas à eugenia e ao racismo científico nos Estados Unidos.

os subsequentes presidentes da *Pioneer Fund* terem insistentemente negado, o fato é que o dinheiro da fundação foi direcionado para os Conselhos de Cidadãos Brancos e usado para fins explicitamente políticos, isto é, resistir à integração, reverter a decisão *Brown*, lutar contra novas legislações de direitos civis e preservar uma sociedade segregada. Para reviver a ciência da raça, Garrett forneceu o dinheiro da Draper à sua antiga aluna, Audrey Shuey, para uma revisão de comparações raciais. *The Testing of Negro Intelligence* (A Testagem da Inteligência do Negro, em tradução livre) (Shuey, 1958) virou um texto padrão para a justificativa da segregação e foi citado em trabalhos posteriores, como o de Jensen (1969), apesar de exclusão muito óbvia de Shuey de resultados que não apoiavam uma interpretação hereditária (Pettigrew, 1964). Muitos psicólogos, como os da Sociedade para o Estudo Psicológico de Problemas Sociais (SPSSI)<sup>29</sup>, fizeram fortes objeções ao trabalho de Garrett e seu círculo, mas seus esforços para combater a literatura e as atividades da Associação Internacional para o Avanço de

---

<sup>29</sup> [N. do R.] A *Society for the Psychological Study of Social Issues* (SPSSI) é uma organização científica fundada em 1936 com o objetivo de aplicar a psicologia ao entendimento e à solução de problemas sociais. Criada por psicólogos progressistas como Kurt Lewin, a SPSSI surgiu em um contexto de crescente preocupação com temas como racismo, desigualdade, guerra e justiça social. A sociedade promove pesquisas interdisciplinares que abordam questões como discriminação, direitos humanos, pobreza, violência, imigração e políticas públicas. Seus membros incluem acadêmicos, profissionais e estudantes comprometidos com o uso da ciência psicológica para promover mudanças sociais positivas.

Etnologia e Eugenia (IAAEE)<sup>30</sup> foram limitadas pela falta de recursos e por preocupações relativas à ideia de que tentativas de acabar com o racismo científico violaria a ideia mitológica de neutralidade de valores e, portanto, ameaçar a legitimidade científica da psicologia (Winston, 2011). A crítica excepcional de Pettigrew (1964) sobre a ciência da raça foi amplamente citada, mas não deteve Garrett e seus colegas.

Em 1959, Garrett havia formado a IAAEE com a ajuda do biólogo Robert Kuttner<sup>31</sup>, o cientista político A. James Gregor<sup>32</sup>,

---

<sup>30</sup> [N. do R.] A *International Association for the Advancement of Ethnology and Eugenics* (IAAEE) foi uma organização fundada em 1959, nos Estados Unidos, com o objetivo de promover ideias ligadas à eugenia, ao racismo científico e à supremacia branca. Embora se apresentasse como uma entidade acadêmica voltada para estudos de etnologia e genética humana, sua atuação esteve fortemente associada à defesa da segregação racial e à oposição ao movimento dos direitos civis. A IAAEE financiou publicações e pesquisas que buscavam justificar desigualdades raciais com base em supostas diferenças genéticas, muitas vezes sem respaldo científico. A organização também apoiou campanhas contra a integração escolar e contra leis antidiscriminatórias, especialmente durante os anos 1960 e 1970. Seus membros incluíam acadêmicos e ativistas que rejeitavam a igualdade racial e defendiam políticas de imigração restritivas.

<sup>31</sup> [N. do R.] Robert E. Kuttner foi um biólogo norte-americano nascido em 10 de março de 1927, em Queens, Nova York, e falecido em 19 de fevereiro de 1987. Doutor em zoologia pela Universidade de Connecticut, além de fundador e diretor da IAAEE, foi editor da coletânea *Race and Modern Science* (1967), publicada como uma resposta às declarações da UNESCO sobre a igualdade racial. Kuttner se autodefinia como defensor do “racismo científico” e era conhecido por suas posições extremas sobre raça, defendendo ideias de supremacia branca e inferioridade racial. Ele também colaborou com publicações como *Mankind Quarterly* e *Northern World*, e foi descrito por estudiosos como um propagador de ideologias neonazistas.

<sup>32</sup> [N. do R.] A. James Gregor foi um cientista político norte-americano, nascido em 2 de abril de 1929, em San Francisco, Califórnia, e falecido em 30

o estudante de graduação em economia Donald Swan<sup>33</sup>, o psicólogo Frank McGurk<sup>34</sup>, entre outros. Este grupo logo se expandiu internacionalmente para incluir o geneticista e eugenista R. Ruggles Gates<sup>35</sup>, o historiador Charles Tansill<sup>36</sup> e o

---

de agosto de 2019, na mesma cidade. Professor da Universidade da Califórnia em Berkeley, Gregor se destacou por seus estudos sobre ideologias políticas, especialmente fascismo, marxismo e segurança nacional.

<sup>33</sup> [N. do R.] Donald A. Swan foi um economista e antropólogo norte-americano nascido em 28 de março de 1935, em Nova York, e falecido em junho de 1981. Formou-se no *Queens College* e iniciou estudos de pós-graduação em economia na Universidade Columbia, mas foi expulso por roubo de livros da biblioteca. Swan teve uma trajetória marcada por sua atuação em movimentos de extrema-direita e pela defesa da eugenia e da segregação racial.

<sup>34</sup> [N. do R.] Frank C. J. McGurk foi um psicólogo norte-americano nascido em 1910 e falecido em 1995. Atuou como professor em diversas instituições, incluindo *Lehigh University*, *Villanova University*, *West Point* e *Alabama College*. Sua carreira acadêmica ficou marcada por estudos controversos sobre raça e inteligência, conduzindo pesquisas comparativas entre estudantes negros e brancos, focando em testes de inteligência. McGurk alegava que negros tinham menor capacidade educacional que brancos, o que provocou forte reação da comunidade científica.

<sup>35</sup> [N. do R.] Reginald Ruggles Gates foi um geneticista, botânico e antropólogo canadense, nascido em 1º de maio de 1882, em Middleton, Nova Escócia, Canadá, e falecido em 12 de agosto de 1962, em Londres, Inglaterra. Formado pela *Mount Allison University* e posteriormente pela *McGill University*, Gates obteve seu doutorado na Universidade de Chicago em 1908, com estudos sobre a genética da planta *Oenothera lata* (primula), que influenciaram teorias sobre mutações. Contudo, sua reputação acadêmica foi marcada por controvérsias: defensor da eugenia, manteve posições racistas mesmo após a Segunda Guerra Mundial, quando tais ideias já eram amplamente rejeitadas. Gates acreditava na existência de “raças humanas distintas” com capacidades diferentes, o que o colocou em desacordo com a comunidade científica contemporânea.

<sup>36</sup> [N. do R.] Charles Callan Tansill foi um historiador norte-americano nascido em 9 de dezembro de 1890, em Fredericksburg, Texas, e falecido em 12 de novembro de 1964, em Washington. Formou-se pela *Catholic University of*

antropólogo Robert Gayre<sup>37</sup>, que se tornou o primeiro editor de seu periódico, *The Mankind Quarterly*<sup>38</sup>. Logo, outros psicólogos foram adicionados à comissão editorial: R. Travis Osborne, Stanley Porteus, Herbert Sanborn e Audrey Shuey. Alguns membros da comissão estavam interessados principalmente na mistura de raças na América; alguns, como Kuttner e Swan, estavam abertamente envolvidos em grupos neonazistas, e alguns haviam contribuído com a literatura científica nazista sobre raça

---

*America*, onde obteve seu bacharelado e mestrado, doutorando-se em história na *Johns Hopkins University* em 1918. Especializou-se em história diplomática dos Estados Unidos, tornando-se uma das principais vozes do revisionismo histórico no século XX.

<sup>37</sup> [N. do R.] O antropólogo escocês (George) Robert Gayre (originalmente Gair) nasceu em Dublin, Irlanda, em 6 de agosto de 1907, e faleceu no Castelo Minard, Argyll, Escócia, em 10 de fevereiro de 1996.

Gayre é mais conhecido por ter fundado a revista acadêmica *Mankind Quarterly*. Além de sua controversa carreira em antropologia, ele foi uma autoridade em heráldica, fundando a publicação *The Armorial* e escrevendo diversos livros sobre o assunto. Serviu no Exército Britânico e, após a Segunda Guerra Mundial, atuou em funções educacionais junto ao Governo Militar Aliado na Itália.

<sup>38</sup> [N. do R.] A *Mankind Quarterly* é uma revista acadêmica fundada em 1960, originalmente publicada em Edimburgo, Escócia, sob a direção do antropólogo Robert Gayre. Desde sua criação, o periódico tem sido associado a teorias no mínimo controversas sobre raça e hereditariedade, sendo considerado por muitos estudiosos como um veículo para a promoção de ideias eugênicas e de extrema-direita no pós-Segunda Guerra Mundial. A revista surgiu em um contexto de resistência à crescente rejeição científica e ética da eugenia, buscando manter viva a discussão sobre diferenças raciais e culturais sob uma perspectiva pseudocientífica. Seus colaboradores incluíram figuras ligadas ao pensamento supremacista branco, antisemitismo, anticomunismo e outras ideologias radicais. A *Mankind Quarterly* procurou legitimar essas ideias por meio de uma linguagem acadêmica e da publicação de estudos que questionavam o igualitarismo racial e cultural.

dos anos 1930. Estes acadêmicos de uma ampla gama de disciplinas foram reunidos pela visão de que a civilização europeia havia se desenvolvido somente devido às qualidades do conjunto genético do norte europeu e à crença de que estas qualidades e civilizações desapareceriam sem a proteção contra intercruzamento racial (Winston, 1998).

O *Mankind Quarterly* publicou um fluxo estável de artigos sobre as diferenças raciais em inteligência, o papel da raça no declínio das civilizações, uma defesa implícita ao *apartheid*, as consequências negativas da integração escolar e sobre a naturalidade e inevitabilidade da desarmonia racial, além de discussões gerais sobre civilizações antigas e grupos étnicos. O proeminente geneticista nazista Otmar von Verschuer, orientador de Josef Mengele, foi listado como membro do comitê de assessoria do periódico de 1966 até muito após sua morte. Os fundadores da IAAEE aproximaram-se do público com artigos de McGurk (1956) e Garrett (1961) sobre diferenças raciais hereditárias na inteligência, aparecendo no *U.S. News and World Report*<sup>39</sup>. Com a ajuda do dinheiro da *Pioneer Fund*, Garrett deu palestras públicas aos Conselhos de Cidadãos Brancos<sup>40</sup>. Ele e

---

<sup>39</sup> [N. do R.] *U.S. News & World Report* é uma revista norte-americana fundada em 1933, conhecida por seus rankings e análises em áreas como educação, saúde, finanças e política. Originalmente voltada ao jornalismo político e econômico, a publicação passou a se destacar por suas listas anuais, como o ranking das melhores universidades, hospitais, escolas e carros. Esses rankings influenciam decisões de estudantes, famílias, profissionais da saúde e consumidores nos Estados Unidos e internacionalmente.

<sup>40</sup> [N. do R.] Os Conselhos de Cidadãos Brancos foram organizações segregacionistas fundadas nos EUA a partir de 1954 para resistir à integração racial após a decisão da Suprema Corte no caso *Brown v. Board of Education*.

outros diretores da IAEEE deram testemunhos de especialistas sobre os efeitos danosos da imigração no caso *Stell vs. Savannah Education Board*, que desafiaram a decisão do caso *Brown*. O juiz Frank Scarlett fez uso explícito de seus trabalhos ao decidir a favor dos pais brancos, decisão anulada num recurso judicial. Em uma série de panfletos distribuídos para centenas de milhares de professores, Garrett alertava como a integração escolar destruiria a civilização branca através do cruzamento, que diminuiria o QI da população branca. Em outras publicações, Garrett usava uma narrativa originalmente desenvolvida pelo senador do Mississippi Theodoro Bilbo<sup>41</sup> (1947) e pelo ativista racial Carleton Putnam<sup>42</sup>

---

Interessados em preservar “civilização sulista”, reuniam empresários, políticos e líderes comunitários brancos que se opunham à igualdade racial. Ao contrário do Ku Klux Klan, evitavam violência explícita, mas usavam pressão econômica, campanhas de medo e influência política para impedir o avanço dos direitos civis dos afro-americanos, como sua atuação contra o registro de eleitores negros, o acesso igualitário à educação e aos serviços públicos. Em seu auge, chegaram a ter cerca de 60 mil membros nos EUA.

<sup>41</sup> [N. do R.] Theodore Gilmore Bilbo foi um político norte-americano que nasceu em 13 de outubro de 1877, no Condado de Pearl River, Mississippi, e faleceu em 21 de agosto de 1947, em New Orleans, Louisiana. Membro do Partido Democrata, ficou conhecido por sua atuação controversa e fortemente racista. Bilbo ocupou cargos importantes no estado do Mississippi: foi duas vezes governador (1916–1920 e 1928–1932) e senador federal de 1935 até sua morte.

<sup>42</sup> [N. do R.] Carleton Putnam foi um empresário, escritor e ativista dos EUA. Nasceu em 19 de dezembro de 1901, em New York, e faleceu em 5 de março de 1998, em Charlottesville, Virgínia, aos 96 anos. Formado em *Princeton* (1924) e em Direito pela *Columbia Law School* (1932), Putnam fundou a *Chicago & Southern Airlines* em 1933, que mais tarde se fundiu com a *Delta Air Lines*, onde atuou como CEO e permaneceu no conselho até sua morte. Em 1961, ele publicou *Race and Reason: A Yankee View*, obra que defendia a inferioridade racial dos negros e criticava a dessegregação escolar. O livro foi

(ver Jackson, 2001a) de que a igualdade racial em inteligência e a capacidade para civilização era um “mito igualitário”, uma fraude massiva perpetrada por Franz Boas e seus alunos judeus para fomentar a mistura racial.

O quadro de membros do “círculo *Mankind Quarterly*” se sobrepunha a outros grupos de extrema direita e neonazistas, particularmente o *Liberty Lobby*<sup>43</sup>, criado pelo publicador e distribuidor de literatura negacionista do holocausto e antisemita mais importante dos EUA, Willis Carto<sup>44</sup> (1926-2015). Usando o discurso do anticomunismo e patriotismo durante os anos de 1950, Carto foi capaz de reunir apoio de uma ampla gama de figuras civis e políticas, e nem todas estavam cientes da devoção de Carto a teorias da conspiração sobre judeus e ideologia racial nazista. Henry Garrett e outros diretores da IAAEE participaram

---

adotado por Conselhos de Cidadãos Brancos e distribuído em escolas do sul dos EUA como resposta à decisão da Suprema Corte no caso *Brown v. Board of Education*

<sup>43</sup> [N. do R.] O *Liberty Lobby* foi uma organização política conservadora dos Estados Unidos, ativa entre 1955 e 2001, conhecida por promover ideias nacionalistas e antisemitas. A organização atuava como um grupo de pressão (lobby), publicando materiais, financiando campanhas e influenciando políticas públicas. Embora se apresentasse como patriótico e conservador, suas ações frequentemente promoviam teorias da conspiração, revisionismo histórico e racismo institucional.

<sup>44</sup> [N. do R.] Willis Carto foi um advogado e ativista político norte-americano nasceu em 17 de julho de 1926, em Fort Wayne, Indiana, e faleceu em 26 de outubro de 2015, na Virgínia, aos 89 anos. Conhecido por sua atuação na extrema-direita dos Estados Unidos, fundou o *Liberty Lobby* em 1955 e dedicou sua vida à promoção de ideias nacionalistas, antisemitas e revisionistas. Influenciado por Francis Parker Yockey, autor do livro *Imperium*, Carto abraçou uma visão conspiratória da história, negando o Holocausto e defendendo teorias raciais.

do comitê de diversas publicações de Carto. O *Liberty Lobby* providenciou para que Garrett desse um testemunho de especialista contra novas legislações de direitos civis em 1967. Estes esforços cruzaram com os de outro grupo, a *Northern League*<sup>45</sup>, fundada por Peter Huxley-Blythe<sup>46</sup> e o antropólogo Roger Pearson<sup>47</sup> nos anos de 1950. Criada para “salvar a raça

---

<sup>45</sup> [N. do R.] A *Northern League* foi uma organização ultradireitista fundada nos anos 1950 com o objetivo declarado de preservar a “raça nórdica” e combater o que chamavam de “mongolização” da civilização europeia. Inspirada por ideologias racistas e eugenistas, a *Northern League* reunia acadêmicos, ativistas e ex-membros de grupos fascistas e nazistas. Entre seus colaboradores estavam nomes como Hans F. K. Günther, teórico racial do Terceiro Reich, e Earnest Sevier Cox, defensor da segregação racial nos EUA. A organização promovia o conceito de supremacia branca, alegando que os povos do norte da Europa eram os “mais puros” descendentes dos indo-europeus.

<sup>46</sup> [N. do R.] Peter Huxley-Blythe foi um autor britânico e ativista político de extrema-direita nasceu em 16 de novembro de 1925, em Mansfield, Nottinghamshire, Inglaterra, e faleceu em 18 de agosto de 2013, em Chester, Cheshire, Reino Unido. Durante a juventude, foi atraído pelo movimento fascista liderado por Oswald Mosley e, após servir na Marinha Real durante a Segunda Guerra Mundial e na Guerra da Coreia, aprofundou sua atuação em círculos neofascistas. Além de suas atividades políticas, escreveu diversos livros sobre história militar, política internacional e teorias raciais. Era considerado um dos principais propagadores do antissemitismo e do revisionismo histórico no pós-guerra europeu.

<sup>47</sup> [N. do R.] Roger Pearson é um antropólogo que nasceu em 21 de agosto de 1927, em Londres, Inglaterra, sendo conhecido por sua atuação na extrema-direita e por promover ideias eugenistas e supremacistas brancas. Apesar de sua atuação política radical, Pearson teve carreira acadêmica: lecionou antropologia na *University of Southern Mississippi* e na *Montana Tech*, chegando a ocupar cargos de chefia. Fundou o *Institute for the Study of Man* e editou revistas científicas que misturavam antropologia com ideologia racial. Sua obra é amplamente rejeitada pela comunidade científica contemporânea,

nórdica da ‘aniquilação da nossa gente’ por ‘forças que mongolizariam nossa raça e nação’” (Pearson, 1959, p. 2), os membros da *League* incluíam Hans Günther<sup>48</sup>, um dos mais notórios cientistas de raça do regime nazista, o ex-agente da Waffen SS, Arthur Erhardt<sup>49</sup> e o americano E. S. Cox<sup>50</sup>, que fez

---

sendo considerada pseudocientífica e perigosa por promover hierarquias raciais e políticas eugênicas.

<sup>48</sup> [N. do R.] Hans F. K. Günther foi um escritor, antropólogo e teórico racial alemão, conhecido por sua influência no pensamento racial do Terceiro Reich. Ele nasceu em 16 de fevereiro de 1891 e morreu em 25 de setembro de 1968, ambos em Friburgo, Alemanha. Depois de servir na Primeira Guerra Mundial, passou a se dedicar à escrita, tornando-se notório por obras como *Rassenkunde des Deutschen Volkes* (Estudos Raciais do Povo Alemão, em tradução livre), publicado em 1922, onde promovia o conceito de raça nórdica. Após a Segunda Guerra Mundial, foi internado por três anos, mas não considerado responsável direto pelos crimes do regime. Mesmo assim, nunca renunciou às suas ideias racistas, negando o Holocausto até sua morte.

<sup>49</sup> [N. do R.] Arthur Ehrhardt foi um militar alemão que nasceu em 21 de março de 1896 em Mengersgereuth-Hämmern, Alemanha, e morreu em 16 de maio de 1971. Especialista em guerra de guerrilha e figura influente no pós-guerra entre movimentos de extrema-direita europeus, apesar de ter saído do partido nazista. Tornou-se um dos fundadores da revista *Nation Europa*, veículo central da nova direita europeia, e apoiou a ideia de uma “Europa-Nação” promovida por Oswald Mosley.

<sup>50</sup> [N. do R.] Earnest Sevier Cox nasceu em 24 de janeiro de 1880, no condado de Blount, Tennessee, e faleceu em 26 de abril de 1966, em Richmond, Virgínia. Cox foi um pregador metodista, sociólogo autodidata e ativista político conhecido por sua campanha pela “repatriação” de afro-americanos para a África. Após estudar teologia no *Moody Bible Institute* e na Universidade Vanderbilt, e sociologia na Universidade de Chicago, viajou extensivamente pela África entre 1910 e 1914, observando regimes coloniais e desenvolvendo ideias racistas sobre a separação racial. Em 1923, publicou *White America*, obra em que defendia a superioridade branca e a impossibilidade de convivência pacífica entre raças. Cox acreditava que a única solução era o retorno dos negros americanos ao continente africano. Curiosamente, colaborou com líderes negros separatistas como Marcus Garvey

campanha para o retorno de todos os negros para a África. Depois de se mudar para os Estados Unidos, Pearson uniu forças com Carto para promover os perigos dos “distorcedores de cultura” (i.e., os judeus), que destruiriam a raça nórdica se pudessem capturar as mentes das crianças nórdicas. Garrett e Herbert Sanborn<sup>51</sup>, que havia sido professor das cadeiras de filosofia e psicologia da Universidade Vanderbilt de 1911 a 1942, serviu como editor de *Western Destiny*, publicado por Carto e editado por Pearson. Como editor do *Mankind Quarterly* a partir de 1978, Pearson focou em publicar e republicar materiais sobre raça. Ele foi capaz de construir novas relações com acadêmicos, incluindo notáveis psicólogos Raymond B. Cattell e Hans J. Eysenck, que serviram no comitê de assessoria e contribuíram com artigos ao *Mankind Quarterly*. Eysenck aparentemente não sabia que Pearson era um promotor de teorias de conspiração sobre judeus, que eram agora apenas insinuadas nas discussões de Pearson sobre Boas e seus alunos (Tucker, 2002; Winston, 1998).

Apesar do grupo do *Mankind Quarterly* ter conseguido um efeito mínimo no progresso do Movimento de Direitos Civis,

---

e Mittie Maude Lena Gordon, unindo forças em campanhas legislativas para promover a emigração voluntária para países como Libéria e Serra Leoa.

<sup>51</sup> [N. do R.] Herbert Charles Sanborn foi um filósofo, psicólogo e professor universitário norte-americano que nasceu em 18 de fevereiro de 1873, em Winchester, Massachusetts, e faleceu em 6 de julho de 1967, no condado de Williamson, Tennessee. Graduou-se em Filosofia pela *Boston University* em 1896, obteve o mestrado pela *Tufts College* em 1897 e concluiu o doutorado *magna cum laude* na Universidade de Munique em 1908, com tese sobre William James. Além de sua produção acadêmica, publicou panfletos antisemitas e se opôs ao Movimento dos Direitos Civis, o que marcou negativamente sua reputação.

seu trabalho continuou como uma fonte importante de justificação retórica e encorajamento para ativistas raciais. O físico William Shockley<sup>52</sup> pôde recorrer à sua literatura para afirmar que diferenças entre negros e brancos em testes de QI e sucesso econômico era em grande parte devidos à hereditariedade e recebeu dinheiro da *Pioneer Fund* para ajudar na promoção desta visão, junto de seus planos para a implementação de fortes medidas eugenistas (Tucker, 1994). Este renascimento de antigas ideias recebeu mais atenção na arena pública do que na literatura psicológica.

---

<sup>52</sup> [N. do R.] William Bradford Shockley foi um físico e inventor norte-americano, nascido em Londres, Inglaterra, em 13 de fevereiro de 1910. Embora tenha nascido no Reino Unido, foi criado nos Estados Unidos, onde desenvolveu sua carreira científica. Shockley é mais conhecido por sua contribuição fundamental à invenção do transistor, ao lado de John Bardeen e Walter Brattain, enquanto trabalhava nos Laboratórios Bell. Essa descoberta, que rendeu um prêmio Nobel, revolucionou a eletrônica e abriu caminho para a era da computação moderna. Apesar de suas realizações científicas, sua reputação foi manchada por suas opiniões controversas sobre raça e inteligência, que geraram críticas e o afastaram da comunidade acadêmica.

## Jensen, Pobreza e Educação Primária

O famoso artigo de Arthur Jensen (1969) no *Harvard Education Review* marcou um novo desenvolvimento no racismo científico. O texto de Jensen era moderado e ele gozava de amplo respeito entre seus colegas. Apesar de as iniciativas de educação primária serem recentes, a primeira frase de Jensen foi que a “educação compensatória já foi tentada e aparentemente falhou” (p.2). O trabalho apareceu no contexto da Lei dos Direitos Civis de 1964<sup>53</sup>, da guerra do presidente Johnson contra a pobreza, da campanha da *Great Society* e do programa *Head Start*<sup>54</sup>, entre

---

<sup>53</sup> [N. do R.] A Lei dos Direitos Civis de 1964 foi promulgada em 2 de julho de 1964, durante o governo do presidente Lyndon B. Johnson, em que se proibia a segregação racial em locais públicos e escolas, além de tornar ilegal a discriminação com base em raça, cor, religião, sexo ou origem nacional em empregos e acomodações públicas. Ela enfrentou forte resistência no Congresso, especialmente de parlamentares do sul, mas foi aprovada após intensos debates e mobilizações populares. A lei autorizou o governo federal a intervir em estados que não cumprissem suas disposições, fortalecendo o papel do Departamento de Justiça na defesa dos direitos civis. Também criou a Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego (EEOC), encarregada de fiscalizar práticas trabalhistas.

<sup>54</sup> [N. do R.] A "guerra contra a pobreza" foi uma iniciativa central do presidente Lyndon B. Johnson, lançada em 1964 como parte de seu programa político conhecido como "*Great Society*" (Grande Sociedade, em tradução livre). Motivado pelo desejo de reduzir as desigualdades sociais nos Estados Unidos, Johnson declarou que a pobreza era um inimigo nacional e que deveria ser combatida com políticas públicas abrangentes. Entre as principais medidas estavam a criação de programas como Medicare e Medicaid, que garantiram acesso à saúde para idosos e pessoas de baixa renda, e a expansão da seguridade social. A Lei da Educação Elementar e Secundária de 1965 destinou recursos federais às escolas em áreas pobres, buscando igualdade educacional. O programa *Head Start* foi criado para oferecer educação pré-escolar a crianças de famílias desfavorecidas.

debates políticos intensos sobre o governo, as cidades, as minorias e a desigualdade. Enquanto isso foi permitindo no ambiente público, Jensen reviveu argumentos do início do século XX de que as diferenças em pobreza e *status* socioeconômico, assim como diferenças raciais em escores de testes de QI, eram parcialmente devido à hereditariedade, e que suas conclusões iniciais de que as severas desvantagens socioeconômicas explicavam tal diferença estava incorreta. Não somente alegou que as crianças negras tinham QI menor, como também elas supostamente teriam outro tipo de inteligência: sua deficiência seria, supostamente, em pensamento abstrato, não em memorização. Assim, elas necessitavam de uma forma diferente de experiência educacional para realizar este potencial limitado, e, logo, teriam menos chances de serem bem-sucedidas em carreiras profissionais que exigem mais formação. Jensen reviveu medos eugenistas do início do século XX ao afirmar que os índices de nascimento mais altos daqueles que eram pobres e/ou negros apresentava uma séria ameaça disgenista<sup>55</sup> à América. Entrevistado pelo *New York Times* logo após a publicação do artigo, Jensen foi ainda mais comunicativo em suas explicações

---

<sup>55</sup> [N. do R.] Disgenismo é um conceito da biologia e da sociologia que se refere ao processo pelo qual características genéticas consideradas desfavoráveis se tornam mais prevalentes em uma população ao longo do tempo. Em contraste com o eugenismo, que busca promover a reprodução de indivíduos com características consideradas "superiores", o disgenismo sugere um declínio genético devido à reprodução diferencial, ou seja, quando pessoas com traços considerados "menos desejáveis" têm mais filhos do que aquelas com traços "mais desejáveis". Essas ideias são amplamente criticadas por cientistas e filósofos por sua base ética questionável, falta de rigor empírico e por promover visões discriminatórias.

de diferenças raciais. Ele declarou, sem evidências, que “há genes de inteligência, que são encontrados na população em proporções diferentes, em partes como a distribuição de tipos sanguíneos. O número de genes de inteligência parece ser menor, em geral, na população negra do que na branca” (citado em Edson, 1969). O artigo da *The Harvard Educational Review* produziu um enorme corpo crítico e de defesa, incluindo um conjunto de comentários publicados juntos do artigo original.

Jensen continuou a publicar estas mesmas conclusões até sua morte em 2012, evitando qualquer aprovação à segregação racial e à repulsa explícita da mistura racial do círculo de Garrett. Com forte apoio financeiro da *Pioneer Fund* (Tucker, 2002), Jensen foi capaz de publicar e falar abertamente, apesar da importunação e ameaças, principalmente de grupos estudantis. Em seus trabalhos seguintes (p.e., Jensen, 1980) ele foi capaz de convencer muitos psicólogos de que testes de QI não eram enviesados contra americanos negros, conclusão em que chegou através de uma análise altamente técnica da dificuldade dos itens, correlações dos critérios do teste e cargas  $g$  de análise fatorial. Jensen usou sua dificuldade em encontrar medidas estatísticas enviesadas para apoiar seus argumentos contra a explicação cultural e a favor da explicação parcialmente hereditária para diferenças raciais nos escores de testes. Os muitos de seus críticos, incluindo geneticistas (p.e., Lewontin, 1970), que notaram que hereditariedade intragrupo não tinha influência na hereditariedade entre grupos, tiveram pouco efeito sobre Jensen e seus apoiadores. Nem as evidências acumuladas sobre o efeito da cultura e da escolarização em escores de testes padronizados (p.e.,

Nisbett, 2009) o detiveram. Jensen recebeu apoio substancial de seu antigo supervisor de pós-doutorado, Hans J. Eysenck, que tinha entrado nas “guerras do QI”<sup>56</sup> através de inúmeros livros, artigos e discussões (p.e., Eysenck, 1917). Eysenck, Jensen e seus apoiadores rejeitaram todas as acusações de racismo, argumentando que eles só estavam apresentando fatos científicos, enquanto seus críticos, como Leon Kamin (1974) e Stephen J. Gould (1981), eram referidos como sendo motivados ideologicamente, possivelmente pelo marxismo. As “guerras do QI” dos anos de 1970 e 1980 eram caracterizadas por acusações e negações de “viés ideológico” de ambos os lados. Apesar da alegação de distanciamento científico, o trabalho de Jensen e Eysenck foi abraçado entusiasmadamente por grupos de direita e neonazistas, especialmente na Grã-Bretanha. O líder da Frente Nacional fez referência específica a Jensen (1969) como inspirador de uma ascensão e reafirmação da crença do grupo na superioridade branca (Billing, 1979, p.9). Ambos, Jensen e Eysenck, deram entrevistas para publicações de direita e

---

<sup>56</sup> [N. do R.] As “guerras do QI” referem-se a debates intensos sobre inteligência, genética e desigualdade social, especialmente nos Estados Unidos, desde meados do século XX. O termo ganhou força com a publicação de *The Bell Curve* (1994), de Richard Herrnstein e Charles Murray, que argumentava que o QI (quociente de inteligência) era um forte preditor de sucesso socioeconômico e que diferenças raciais médias de QI tinham implicações políticas. A obra foi amplamente criticada por cientistas sociais, psicólogos e geneticistas, que apontaram falhas metodológicas, viés racial e uso indevido de estatísticas. A controvérsia também toca em questões éticas, como o uso de testes de QI em políticas públicas, seleção educacional e imigração. Pesquisadores como Stephen Jay Gould, Richard Lewontin e James Flynn contestaram interpretações simplistas do QI, destacando sua complexidade e variabilidade histórica.

neonazistas, e ambos apareceram como contribuintes ou apoiadores da irmã europeia das publicações do *Mankind Quarterly*, *Nouvelle École*, na França, e *Neue Anthropologie*, na Alemanha, que era vinculada a neonazistas proeminentes da Alemanha. O significado dessa participação tem sido tema de debates (Buchanan, 2010; Winston, 1998), particularmente devido à visão de Eysenck de si mesmo como firmemente antinazista, mas estas atividades não podem ser vistas como neutras politicamente. Jensen (1969) não se intimidou em encorajar conclusões políticas ao fazer a pergunta retórica: “Há o perigo de que as atuais políticas de bem-estar, sem a ajuda de previsões eugenistas, podem levar à escravização genética de um segmento substancial de nossa população?” (p.95). Ele deu testemunho no Congresso sobre políticas de educação e argumentou que as ações afirmativas eram baseadas em uma ideia cientificamente provada errada e deveria ser rejeitada (Tucker, 1994). O caso de Jensen ilustra como não é significativo ou útil questionar se estes acadêmicos eram eles mesmos “racistas”, como alguns críticos acusaram, mas, ao invés disso, questionar como seu trabalho auxiliou e apoiou o racismo.

Apesar de Jensen ser muito público em suas visões, Raymond B. Cattell, um dos fundadores da pesquisa da personalidade multivariada, conduziu uma campanha muito mais privada para seu programa eugenista durante os anos de 1970 e 1980. Começando nos anos de 1930, Cattell desenvolveu uma abordagem eugenista da ciência e da moralidade, que ele chamava de “*Beyondism*”, no qual escolhas morais seriam guiadas por princípios eugenistas ao invés de considerações religiosas

(Mehler, 1997; Tucker, 2008). Apesar de ter parado de elogiar a eugenia nazista, como havia feito nos anos de 1930, no pós-guerra até os anos 1980, os escritos eugenistas de Cattell continuaram a afirmar que o “cruzamento” racial resultaria em proles com inteligência “no meio do caminho entre os dois grupos” (Cattell, 1987, p. 203). Ele sustentou que humanos deveriam se dividir em raças que não se entrecruzassem, pois podem eventualmente perder a habilidade de entrecruzar e se tornarem espécies diferentes. Ele enfatizou diferenças herdadas em traços de personalidade, assim como na inteligência, e argumentou que o sucesso e as falhas econômicas de grupos sociais e nações dependiam fortemente destas diferenças.

O *Beyondism* de Cattell (1987) se baseava em seus trabalhos tradicionais sobre personalidade e inteligência, e não é possível dividir claramente seu trabalho entre “científico” e “político”. Ele publicou nove artigos no *Mankind Quarterly* e trabalhou em seu comitê de assessoria de 1980 até sua morte, em 1998. A *Scott Townsend Publishers*, criada pelo antropólogo Roger Pearson, publicou dois dos livros de Cattell sobre eugenia e diferenças no QI nacional e reconheceu a ajuda de Pearson e outros extremistas raciais. O trabalho eugenista de Cattell era relativamente desconhecido dos psicólogos até que a Fundação Americana de Psicologia (APF), um braço da Associação Americana de Psicologia (APA), decidiu presentear Cattell com um *Lifetime Achievement Award* em 1997. Três acadêmicos (incluindo o presente autor), que estavam familiarizados com os escritos de Cattell sobre raça e eugenia, escreveram para a APF para pedir que suas “conquistas” em eugenia fossem

cuidadosamente consideradas, dada a forte posição antirracista da APA. A controvérsia, que eclodiu após a suspensão deste prêmio, foi descrita em detalhes por Tucker (2008).

As discussões ao redor de Jensen, inteligência, pobreza e raça perdeu força durante os anos de 1980 quando as políticas da era Regan de redução dos programas de bem-estar social e eliminação de ações afirmativas pode ter tornado desnecessária uma justificativa científica para essas mudanças políticas usando escores de QI. O famoso caso de Larry P. contra Riles, no qual a corte percebeu que o uso de testes de QI resultavam na representação excessiva de crianças negras em classes de educação especial, levou ao banimento de testes de QI para posicionamento<sup>57</sup> na Califórnia durante os anos de 1980. Muita discussão pública e profissional acerca do viés destes testes surgiu deste caso (Frisby e Henry, 2016). A teoria triádica de inteligência de Robert Sternberg (1985) e as múltiplas inteligências de Howard Gardner (1983) forneceram alternativas à abordagem tradicional do “fator g” da inteligência, na qual o trabalho de Jensen se baseava. Entretanto, o interesse público em raça e inteligência foi revivido nos anos de 1990 pela publicação de *The Bell Curve* (A Curva Normal, em tradução livre), de Herrnstein e Murray (1994), e o trabalho do psicólogo canadense J. Philippe Rushton.

---

<sup>57</sup> [N. do R.] Neste caso, posicionamento é usado no sentido de posicionar crianças em classes e turmas especiais.

## **O Renascimento do Racismo Científico nos anos de 1990**

O livro *The Bell Curve* foi descrito por seus promotores como preocupado principalmente com classe social e estratificação, mas a raça ocupava um capítulo inteiro e problemas de diferenças sociais aparecem várias vezes ao longo do livro. Com uma bibliografia que se baseava no trabalho de Jensen e no *Mankind Quarterly*, Herrnstein e Murray (1994) afirmaram que a desigualdade racial e econômica, assim como o crime, o divórcio, as “crianças fora do casamento” e outros males sociais eram grandemente, mas não somente, o resultado de diferenças hereditárias e quase inalteráveis na inteligência. Eles argumentaram que os supostos níveis mais altos de reprodução em grupos de QI mais baixo e imigrantes ofereciam grande ameaça à América, apesar de evidências substanciais do “Efeito Fynn” de que a inteligência geral estava aumentando, e não caindo. Como historiadora Leila Zenderland (1997) notou:

É uma experiência rara ler um livro do final do século XX que invoca tantos dos conceitos do início do século XX de forma tão fiel, e que pode assim alertar americanos contemporâneos tão descaradamente sobre os perigos a suas sociedades das “pressões disgênicas” de diferenciais de fertilidade de mulheres de diferentes classes, ou da imigração a costas americanas de populações inferiores (p. 136).

Para Herrnstein e Murray, estas antigas preocupações tinham novos significados e importância no final do século XX. Eles argumentaram que a revolução sexual tornou mais difícil do

que foi nos anos de 1950 para aqueles com baixa inteligência “seguir um compasso moral” (p.544), casar e evitar a “ilegitimidade”. A crença de que o controle sexual e conformidade às normas sexuais estavam intimamente relacionados com inteligência havia sobrevivido, passando de Terman para Herrnstein e Murray (ver Hegarty, 2013).

*The Bell Curve* se deparou com severas críticas sobre o uso de fontes suspeitas e a distorção das noções de hereditariedade e herdabilidade, desconsideração ou minimização do racismo e a promoção de políticas sociais libertárias sob pretexto pseudocientífico (p.e., Fisher et al., 1996). O furor público permitiu que Murray (Herrnstein morreu antes da publicação), Jensen e outros reivindicassem um *status* heroico por quebrar um “tabu” na discussão sobre raça, alegação desmentida pelo acesso de pesquisadores raciais a uma variedade de jornais e publicações, a ampla distribuição do livro e a frequente cobertura de diferenças raciais em livros didáticos (Winston, Butzer e Ferris, 2004). A Associação Americana de Psicologia respondeu à controvérsia pública formando uma força tarefa para reportar sobre o estado do conhecimento sobre inteligência, hereditariedade e diferenças raciais. Seu relatório (Neisser et al., 1996) concluiu que a evidência disponível não apoiava uma interpretação hereditária das diferenças raciais em escores de testes de inteligência. Por implicação, o comitê da APA deixou a questão em aberto como algo que pode ser respondido empiricamente e não questionou a importância científica de categorias raciais.

*The Bell Curve* também se baseou no trabalho do psicólogo canadense J. Philippe Rushton (1943-2012). Inicialmente

envolvido em pesquisa sobre altruísmo, Rushton mudou seu interesse para hereditariedade e explicações evolucionistas para diferenças individuais depois do trabalho de pós-doutorado de Arthur Jensen e Hans Eysenck no início dos anos de 1980 (Nyborg, 2013). A partir de meados dos anos de 1980, ele descreveu diferenças evoluídas nas raças “negroide”, “mongoloide” e “caucasoide”, categorias raciais que remontavam aquelas de Samuel Morton. Rushton (1995) posteriormente mudou os nomes de seus grupos raciais para “negro”, “oriental” e “branco” sem explicações. Para publicar seus trabalhos, ele tinha acesso frequente ao periódico fundado e editado por Eysenck, *Personality and Individual Differences*, assim como outros periódicos tradicionais, apesar de repetidamente dizer que discussões sobre raça eram tabus. Sua visão sobre a evolução das diferenças raciais não era amplamente conhecida até um artigo publicado na reunião da Associação Americana para o Progresso da Ciência de 1989. Ali e em mais de 100 artigos e livros até sua morte em 2012, Rushton apresentou seu sumário de antigos dados sobre raça, incluindo estudos do início do século XX. Ele afirmou que, quando comparados a brancos, negros tinham cérebros menores, menos neurônios corticais, menor QI, menos “conquistas culturais”, maior agressividade, menos cautela, maior impulsividade, menos “cumprimento de leis”, menos saúde mental, menor “capacidade administrativa”, maiores níveis hormonais (especificamente testosterona), maiores genitais, maior frequência de relações sexuais, atitudes (sexuais) mais permissivas e maiores índices de doenças sexualmente transmissíveis (p.e., Rushton, 1995, p.5). “Orientais” foram

listados como superiores a brancos nestas variáveis, apesar das diferenças muito menores em tamanho do cérebro e QI, e estas diferenças receberam muito menos atenção no trabalho de Rushton do que as supostas diferenças entre negros e brancos.

Com base no trabalho de Richard Lynn, irlandês beneficiado pela *Pioneer Fund*, determinou-se que supostamente o QI médio na África Subsaariana é de 75. A teoria evolucionista de Rushton alegava que europeus brancos tinham encarado os invernos frios e desafiadores que os selecionaram para ter cérebros maiores e mais inteligência. O QI de afro-americanos era supostamente de 85 por causa de sua mistura racial, uma visão que era popular no início do século XX e posteriormente usada por Garrett e Cattell. Rushton argumentou que as diferenças em comportamento social eram baseadas em diferenças envolvendo estratégias reprodutivas chamadas de  $r/k$ <sup>58</sup>, que implica que,

---

<sup>58</sup> [N. do R.] As estratégias reprodutivas  $r$  e  $K$  são conceitos da ecologia evolutiva que descrevem diferentes modos de reprodução e sobrevivência entre espécies. Derivadas da equação logística de crescimento populacional, essas estratégias refletem adaptações ao ambiente. Espécies de estratégia  $r$  tendem a viver em ambientes instáveis ou imprevisíveis. Elas produzem grande número de descendentes, investem pouco em cada um e têm alta taxa de mortalidade juvenil. Exemplos incluem insetos, peixes e bactérias. A ideia é maximizar a reprodução rápida para aproveitar recursos temporários. Já as espécies de estratégia  $K$  habitam ambientes mais estáveis, próximos da capacidade de suporte ( $K$ ). Elas geram poucos descendentes, mas investem intensamente em cuidado parental e sobrevivência. Mamíferos como elefantes e humanos são exemplos típicos. A ênfase está na qualidade e não na quantidade da prole. Essas estratégias não são absolutas: muitas espécies apresentam características intermediárias ou contextualmente variáveis. O modelo  $r/K$  foi influente na biologia dos anos 1970, mas hoje é visto como simplificado. Ecólogos modernos preferem abordagens mais flexíveis, como o espectro de história de vida, que considera múltiplos fatores ecológicos e evolutivos.

comparados a brancos, os negros evoluíram para ter um maior número de crianças, mas cuidam deles de forma precária. Estas alegações ressoariam como medos de brancos sobre questões criminais e de bem-estar, e a crença de que o Estado de bem-estar social promoveria a deterioração social (Winston, 2018). Rushton e Bogaert (1989) falaram abertamente em seu resumo: “populações de ancestralidade africana estão inclinadas à maior frequência de transtornos desinibidos com estupro e gravidez indesejada e a mais doenças sexualmente transmissíveis incluindo a AIDS” (p.1221). Em contraste com a ênfase de Terman na inteligência como a base primária para moralidade, Rushton colocou em primeiro plano questões infundadas sobre os perigos da sexualidade negra. A imagem do negro estuprador, que alimentou o racismo americano e inspirou milhares de linchamentos desde o século XIX - uma imagem popularizada nas telas no filme de 1915 com O Nascimento de uma Nação e em 1988 nas propagandas de televisão da campanha presidencial de Willie Horton - foi então recolocada num formato científico moderno.

O trabalho de Rushton foi altamente criticado por psicólogos, biólogos evolucionistas, antropólogos e geneticista por inadequações científicas severas, erros fundamentais, conceituação inapropriada de raça, comparações estatísticas inapropriadas, mal uso de fontes e sérios erros lógicos e falhas (p.e., Cain e Vanderwolf, 1990; Fish, 2002; Gabor e Roberts, 1990; Lieberman, 1991; Peters, 1993; Weizmann, Weiner, Wiesenthal, e Ziegler, 1990; Zuckerman e Brody, 1988). Permitiu-se que Rushton respondesse em quase todos os

periódicos. Com quase US\$1 milhão da Pioneer Fund (Rushton serviu como presidente do fundo de 2002 até 2012), ele seguiu com novos estudos de personalidade e inteligência, geralmente usando conjuntos de dados já existentes.

Críticas e protestos estudantis na Universidade de Western não detiveram Rushton de apresentar seu trabalho para uma ampla audiência e aparecer na televisão e no rádio. Com financiamento da *Pioneer Fund*, ele foi capaz de enviar milhares de cópias não solicitadas de uma versão resumida de seu livro de 1995, *Race, Evolution, and Behavior* (Raça, Evolução e Comportamento, em tradução livre) para acadêmicos pela América do Norte (Tucker, 2002). Durante os anos de 1990, a versão resumida também foi apresentada e vendida em websites de extremistas raciais e neonazistas, como a *National Alliance* e a *National Vanguard*, apesar destes grupos serem, por vezes, descontentes pela aparente afirmação da superioridade asiática.

Uma preocupação específica foi a participação de Rushton e outros psicólogos nas reuniões da *American Renaissance*, um grupo dedicado a restabelecer uma América segregada (Tucker, 2002). Como notado por Cronshaw, Hamilton, Onyura e Winston (2006), Rushton foi apresentado como orador nas conferências bienais da *American Renaissance* em 1996, 1998, 2000 e 2002, onde ele apresentou sua análise de diferenças raciais em crime e inteligência e sua teoria de base biológica para o nacionalismo e o etnocentrismo. Na reunião de 1996, Rushton finalizou sua fala ao afirmar “qualquer país com grande população negra terá grandes problemas” e recebeu aplausos de pé (Brown, 1996, p. 8). No website da *American Renaissance*, o trabalho de Rushton,

Jensen e Lynn foi discutido e admirado. Os arquivos online da *American Renaissance* continham dezenas de artigos sobre os perigos dos crimes negros, o estupro de mulheres brancas por homens negros, a negação dos direitos de pessoas brancas, os perigos da imigração de não-brancos, a afirmação de que escravizados pensavam que tinham uma vida melhor sob a escravidão e a realidade das diferenças raciais imutáveis. De acordo com alguns dos autores da *American Renaissance*, a solução é clara: separação forçada das raças na América do Norte, pela divisão do país ou pela remoção de não-brancos. Rushton continuou a apresentar seu trabalho nas conferências da *American Renaissance* em 2006 e 2008, assim como o psicólogo Glayde Whitney em 1998 e Richard Lynn em 2000, 2002 e 2012. O dinheiro da *Pioneer Fund* também tem sido usado para apoiar a *American Renaissance* e seu fundador, Jared Taylor<sup>59</sup> (Tucker, 2002).

Tal participação pode ser difícil de interpretar, já que os oradores de uma única conferência podem não estar totalmente conscientes dos compromissos de seus anfitriões. Neste caso, o

---

<sup>59</sup> [N. do R.] Samuel Jared Taylor é um escritor e ativista político norte-americano que nasceu em 15 de setembro de 1951, em Kobe, Japão, sendo conhecido por suas ideias nacionalistas brancas. Taylor é fundador e editor da *American Renaissance*, revista online criada em 1990 que promove ideias associadas ao nacionalismo branco e ao chamado “realismo racial”. Ele também preside a *New Century Foundation*, organização que administra a revista e publica seus livros. Taylor defende a segregação racial voluntária e é crítico das políticas de imigração e diversidade nos Estados Unidos. Embora rejeite rótulos como “supremacista branco”, suas ideias são amplamente criticadas por grupos de direitos civis, acadêmicos e veículos de imprensa, que o associam ao racismo científico.

envolvimento de Rushton com a *American Renaissance* foi tão longo quanto extenso, e seria razoável assumir que ele conhecia seus objetivos. De forma similar, o envolvimento de psicólogos com o mais notório ativista racial e neonazista da América, David Duke<sup>60</sup>, não pode ser tratado como um caso de ingenuidade. Em sua autobiografia, David Duke atribuiu seu “despertar” racial ao trabalho de psicólogos como Jensen. Ele reconheceu a ajuda científica explícita dos psicólogos Philippe Rushton e Glayde Whitney:

O professor J. Philippe Rushton dedicou uma grande parte de seu tempo me ajudando a fazer umas edições finais e revisando as partes científicas do meu livro *My Awakening*. O professor Glayde Whitney, o antigo presidente da *Behavior Genetics Association*, que também já se foi, ficou impressionado o suficiente com meu livro para escrever uma brilhante e corajosa introdução. Ele pagou um preço alto por escrevê-la, mas ele aguentou a tempestade e me

---

<sup>60</sup> [N. do R.] David Duke é um político e ativista norte-americano nasceu em 1º de julho de 1950, em Tulsa, Oklahoma, Estados Unidos, sendo conhecido por seu envolvimento com o supremacismo branco. David Ernest Duke ganhou notoriedade como líder do Ku Klux Klan, onde atuou como Grand Wizard nos anos 1970. Posteriormente, tentou reformular sua imagem pública, entrando na política convencional. Foi eleito para a Câmara dos Representantes da Louisiana, exercendo mandato de 1989 a 1992 pelo Partido Republicano. Ao longo de sua carreira, Duke promoveu ideias racistas e antisemitas, incluindo teorias da conspiração sobre o controle judaico de instituições sociais e o negacionismo do Holocausto. Apesar de alegar ter abandonado o racismo, continuou a publicar textos e participar de eventos ligados à extrema-direita, inclusive internacionalmente.

disse que continuar era uma das coisas das quais ele mais se orgulhava em sua vida. (Duke, 2013).

Estas alegações de que Rushton só estava agindo como um cientista não são críveis, dado este contexto. A visão de que este trabalho científico só estava preocupado com “diferença” e não “inferioridade” é igualmente inaceitável. A ajuda explícita àqueles dedicados a violar os direitos civis e a espalhar ódio representa um sério problema ético para as universidades, para a psicologia como disciplina e para a Associação Americana de Psicologia.

## **Conclusões**

Apesar de cuidadoso criticismo acadêmico em todas as eras desde o início do século XX, o racismo científico na psicologia tem se provado notavelmente resiliente. Apesar de Arthur Jensen e Philippe Rushton terem ambos morrido em 2012, uma pequena, mas muito ativa comunidade de pesquisadores continua a analisar a questão racial e suas relações com a inteligência, o tamanho do cérebro, o crime, a sexualidade, a reprodução e disgenia, com novos trabalhos aparecendo em *Personality and Individual Differences*, *Intelligence* e outros periódicos. Esta comunidade internacional é liderada por Richard Lynn, que por vários anos trabalhou simultaneamente nos comitês editoriais da *Intelligence* e *Mankind Quarterly* e como presidente da *Pioneer Fund*. Seu recente livro (Lynn, 2015), comparando a inteligência de nações, foi publicado pela *Washington Summit Publishers*, o braço de publicação da organização nacionalista branca *The National Policy Institute*. O material de Lynn é usado para estimular novos

medos na imigração e sobre as mudanças demográficas da América. O entrelaçamento da psicologia científica com políticas raciais tem agora durado mais de 100 anos. A comunidade de cientistas da raça teve financiamento suficiente, acesso a periódicos, dedicação e entendimento mútuo para seguir com um projeto que muitos psicólogos haviam considerado moribundo pelos anos de 1960. Como fazem todas as comunidades acadêmicas, os cientistas raciais revisaram e elogiaram o trabalho uns dos outros. O fato de que eles estavam sujeitos a protestos e, por vezes, ameaças de violência, criou uma forte impressão de vitimização e que sua ideia de ter uma missão pode ter contribuído para sua resiliência.

Explicações da persistência do racismo científico são complexas e elusivas. Como preocupações sociais mudaram da imigração para os direitos civis, para a educação primária, para o bem-estar social e para a deterioração urbana, o racismo científico poderia prometer tanto uma explicação quanto uma solução para os problemas sociais urgentes, uma vez que não culpava pessoas brancas, o racismo ou a necessidade da redistribuição da renda. Para os psicólogos, as afirmações de que as diferenças raciais em inteligência estavam incorporadas aos debates maiores na psicologia sobre hereditariedade e ambiente, assim como o conceito de “inteligência”. Uma revisão da vasta historiografia nestes debates está além do alcance desta discussão (ver Carson, 2007; Cravens, 1978; Degler, 1991). Com o rápido crescimento da genética do comportamento e da psicologia evolucionista nos anos de 1990, fontes genéticas de explicação das diferenças humanas estavam sob renovada discussão, assim como uma nova

crítica. Um racismo científico revivido foi capaz de se juntar a estas novas preocupações, auxiliado pelo desejo de muitos psicólogos de parecerem totalmente empiristas e abertos a qualquer questão.

Na antropologia, 50 anos de críticas por boasianos e, depois, por antropólogos físicos culminou na rejeição de “raça” como um termo científico biológico ou geneticamente significativo (*American Association of Physical Anthropologists*, 1996; ver também Brace, 2005; Graves, 2003). Para a grande maioria dos antropólogos, a variação humana ocorreria ao longo de clinas, gradações contínuas por uma distribuição geográfica de uma espécie, e não de raças. Categorias de raça culturalmente definidas eram historicamente situadas em taxonomias populares que variam amplamente conforme tempo e lugar, e a especulação sobre as diferenças hereditárias de grupos não poderia ser cientificamente significativa. Mas esta crítica fundamental teve pouco efeito na psicologia. Richards (2004, 2012) argumentou que os debates sobre QI tinham se tornado “estéreis” pelos anos de 1970, com ambos os lados reciclando os mesmos argumentos, uma história que não favorece as esperanças de progresso científico. Que o tamanho dos cérebros de afro-americanos ainda esteja em debate no século XXI é desencorajante para a disciplina, mas realmente alarmante para as pessoas de cor<sup>61</sup>. Para

---

<sup>61</sup> [N. do R.] Apesar de esta expressão ser hoje considerada racista em português, em inglês ela possui uma conotação diferente. Considerando que esta mesma expressão foi usada pelo autor em uma citação direta e que aparece como nota sobre uma associação civil, ambos parte do contexto no verbete, preferiu-se manter como no original.

os psicólogos, a admirável defesa da liberdade acadêmica tem geralmente tido precedência sobre o dano feito pelo racismo científico. Este dano, que vai da construção do “outro” inferior (Teo, 2008) ao incentivo a violações dos direitos humanos ainda não foi abordado pela comunidade mais ampla de psicólogos.

## **Referências**

American Association of Physical Anthropologists. (1996). AAPA statement on biological aspects of race. *American Journal of Physical Anthropology*, 101, 569–570.

Bache, R. M. (1895). Reaction time with reference to race. *Psychological Review*, 2(5), 475–486.

Baker, L. D. (1998). *From savage to Negro: Anthropology and the construction of race: 1886–1954*. Berkeley: University of California Press.

Barkan, E. (1992). *The retreat of scientific racism: Changing concepts of race in Britain and the United States between the world wars*. New York, NY: Cambridge University Press.

Bashford, A., & Levine, P. (2010). *The Oxford handbook of the history of eugenics*. New York, NY: Oxford University Press.

Benedict, R. (1940). *Race: Science and politics*. New York, NY: Modern Age.

Bilbo, T. (1947). *Take your choice: Separation or mongrelization*. Poplarville, MS: Dream House.

Billig, M. (1979). *Psychology, racism, and fascism*. Birmingham, AL: A. F. & R./Searchlight.

Brace, C. L. (2005). "Race" is a four-letter word. New York, NY: Oxford University Press.

Brigham, C. (1923). *A study of American intelligence*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Brigham, C. (1930). Intelligence tests of immigrant groups. *Psychological Review*, 37(2), 158–165.

Brown, C. (1996). Behind the closed doors and the closed minds of the American Renaissance conference. *Louisville Eccentric Observer*, 6, 8–11.

Buchanan, R. (2010). *Playing with fire: The controversial career of Hans J. Eysenck*. New York, NY: Oxford University Press.

Burks, B. S. (1928). The relative influence of nature and nurture upon mental development; a comparative study of foster parent-foster child resemblance and true parent-true child resemblance. *Yearbook of the National Society for the Study of Education*, Pt. I, 219–316.

Cain, D. P., & Vanderwolf, C. H. (1990). A critique of Rushton on race, brain size, and intelligence. *Personality and Individual Differences*, 11(8), 777–784.

Carson, J. (2007). *The measure of merit: Talents, intelligence, and inequality in the French and American republics, 1750–1940*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Cattell, R. B. (1987). *Beyondism: Religion from science*. New York, NY: Praeger.

Cravens, H. (1978). *The triumph of evolution: The heredity-environment controversy, 1900–1941*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

Cronshaw, S. F., Hamilton, L. K., Onyura, B. R., & Winston, A. S. (2006). Case for non-biased intelligence testing against black Africans has not been made: A comment on Rushton, Skuy, and Bons (2004). *International Journal of Selection and Assessment*, 14(3), 278–287.

Dain, B. (2002). *A hideous monster of the mind: American race theory in the early republic*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Degler, C. (1991). *In search of human nature: The decline and revival of Darwinism in American social thought*. New York, NY: Oxford University Press.

Deutsch, A. (1944). The first U.S. census of the insane (1840) and its use as a pro-slavery propaganda. *Journal of the History of Medicine*, 15(5), 469–482.

Du Bois, W. E. B. (1920). Race intelligence <<https://modjournal.org/issue/bdr513102/#>>. *The Crisis*, 20(3), 119–120.

Duke, D. (2013, March 25). An open letter to my friends attending the American Renaissance Conference <<http://davidduke.com/an-open-letter-to-my-friends-attending-the-american-renaissance-conference/>>. David Duke.com.

Edson, L. (1969, August 31). Jensenism. *The New York Times*, p. 43.

Eysenck, H. J. (1971). *Race, intelligence, and education*. London, U.K.: Maurice Temple Smith.

Ferguson, G. O. (1916). *The psychology of the Negro*. *Archives of psychology* (No. 36). New York, NY: The Science Press.

Fischer, C. S., Hout, M., Jankowski, M. S., Lucas, S. R., Swidler, A., & Voss, K. (1996). *Inequality by design: Cracking the bell curve myth*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Fish, J. M. (2002). *Race and intelligence: Separating science from myth*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

Frisby, C. L., & Henry, B. (2016). Science, politics, and best practice: 35 years after Larry P. *Contemporary School Psychology*, 20(1), 46–62.

Gabor, T. M., & Roberts, J. V. (1990). Rushton on race and crime: The evidence remains unconvincing. *Canadian Journal of Criminology*, 32(2), 335–343.

Galton, F. (1869). *Hereditary genius: An inquiry into its laws and consequences*. London, U.K.: Macmillan.

Galton, F. (1883). *Inquiries into human faculty and its development*. London, U.K.: Macmillan.

Gardner, H. (1983). *Frames of mind: The theory of multiple intelligences*. New York, NY: Basic Books.

Garrett, H. E. (1961, August 14). One psychologist's view of the "equality of the races." *U.S. News & World Report*, pp.72–73.

Gelb, S. S., Allen, G. E., Futterman, A., & Mehler, B. (1986). Rewriting mental testing history: The view from the American Psychologist. *Sage Race Relations Abstracts*, 11, 18–31.

Goddard, H. H. (1917). Mental tests and the immigrant. *Journal of Delinquency*, 2(5), 243–277.

Gould, S. J. (1981). *The mismeasure of man*. New York, NY: Norton.

Grant, M. (1916). *The passing of the great race or the racial basis of European history*. New York, NY: Charles Scribner's Sons.

Graves, J. L. (2003). *The emperor's new clothes: Biological theories of race at the millennium*. Rutgers, NJ: Rutgers University Press.

Guthrie, R. V. (1998). *Even the rat was white: An historical view of psychology* (2nd ed.). New York, NY: Allyn & Bacon.

Hegarty, P. (2013). *A gentlemen's disagreement: Alfred Kinsey, Lewis Terman, and the sexual politics of smart men*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Herrnstein, R. J., & Murray, C. (1994). *The Bell Curve: Intelligence and class structure in American life*. New York, NY: Free Press.

Jackson, J. (2001a). "In ways unacademical": The reception of Carleton Coon's *The origin of races*, *Journal for the History of Biology*, 34(2), 247–285.

Jackson, J. (2001b). *Social Scientists for social justice: Making the case against segregation*. New York, NY: New York University Press.

Jackson, J. (2004). "Racially stuffed shirts and other enemies of mankind": Horace Mann Bond's parody of segregationist psychology in the 1950s. In A. S. Winston (Ed.), *Defining difference: Race and racism in the history of psychology* (pp. 261–283). Washington, DC: American Psychological Association.

Jackson, J. (2005). *Science for segregation*. New York, NY: NYU Press.

Jackson, J., & Weidman, N. (2004). *Race, racism, and science: Social impact and interaction*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

Jackson, J., & Winston, A. S. (2009). The last repatriationist: The career of Earnest Sevier Cox. In H. Cravens, & P. Farber (Eds.), *Race and science: Scientific challenges to racism in modern America* (pp. 58–80). Corvallis, OR: Oregon State University Press.

Jensen, A. R. (1969). How much can we boost IQ and scholastic achievement? *The Harvard Educational Review*, 39(1), 1–123.

Jensen, A. R. (1980). *Bias in mental testing*. New York, NY: The Free Press.

Kamin, L. (1974). *The science and politics of IQ*. Potomac, MD: Erlbaum.

Kenny, M. (2002). Toward a racial abyss: Eugenics, Wickliffe Draper, and the origins of the Pioneer Fund. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 38, 259–282.

Klineberg, O. (1935). *Race differences*. New York, NY: Harper & Brothers.

Kühl, S. (1994). *Eugenics, American racism, and German National Socialism*. New York, NY: Oxford University Press.

Lewontin, R. C. (1970). Race and intelligence. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 26(3), 2–8.

Lieberman, L. (1991). How Caucasoids got such big crania and how they shrank. *Current Anthropology*, 42(1), 69–94.

Lombardo, P. (2003). Pioneer's big lie. *Albany Law Review*, 66, 1125–1143.

Lynn, R. (2015). *Race differences: An evolutionary analysis* (2nd ed.). Arlington, VA: Washington Summit.

Marks, J. (2008). Scientific racism. *Encyclopedia of race and racism* (2nd ed., Vol. 3, pp. 445–460). New York, NY: Gale Cengage.

Mayo, M. J. (1913). The mental capacity of the American Negro. *Archives of Psychology*, 4(28), 70 pp.

McDougall, W. (1921). *Is America safe for democracy?* New York, NY: Charles Scribner's Sons.

McGurk, F. (1956, September 21). A scientist's report on race differences. *U.S. News & World Report*, pp. 92–96.

McReynolds, P. (1997). *Lightner Witmer: His life and times*. Washington, DC: American Psychological Association.

Mehler, B. (1997). Beyondism: Raymond B. Cattell and the new eugenics. *Genetica*, 99(2–3), 153–163.

Montagu, A. (1942). *Man's most dangerous myth: The fallacy of race*. New York, NY: Columbia University Press.

Montesquieu, C. (1752). *The spirit of laws* (Vol. 1). (T. Nugent, trans.). London, U.K.: J. Nourse.

Neisser, U., Boodoo, G., Bouchard, T. J., Jr., Boykin, A. W., Brody, N., Ceci, S. J., . . . & Urbina, S. (1996). Intelligence: Knowns and unknowns. *American Psychologist*, 15, 77–101.

Newman, H. H., Freeman, F. N., & Holzinger, K. J. (1937). *Twins: a study of heredity and environment*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Nisbett, R. (2009). *Intelligence and how to get it: Why schools and cultures count*. New York: Norton.

Nyborg, H. (2013). In conversation with J. Philippe Rushton. *Personality and Individual Differences*, 55(3), 205–211.

Pearson, R. (1959). Editorial: Our third birthday. *Northern World*, 4, 1–4.

Peters, M. (1993). Still no convincing evidence of a relation between brain size and intelligence in humans. *Canadian Journal of Experimental Psychology*, 47(4), 751–756.

Pettigrew, T. F. (1964). *A profile of the American Negro*. Princeton, NJ: D. Van Nostrand.

Pettigrew, T. F. (2011). SPSSI and racial research. *Journal of Social Issues*, 67(1), 137–149.

Pickren, W. E. (2009). Liberating history: The context of the challenge of psychologists of color to American psychology. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 15(4), 425–433.

Porteus, S. D. (1965). Porteus maze tests: Fifty years' application. Oxford, U.K.: Pacific Books. Reisigl, M., & Wodak, R. (2001). Discourse and discrimination: Rhetorics of racism and antisemitism. New York, NY: Routledge.

Richards, G. (2004). "It's an American thing": The "race" and intelligence controversy from a British perspective. In A. S. Winston (Ed.), *Defining difference: Race and racism in the history of psychology* (pp. 137–169). Washington, DC: American Psychological Association.

Richards, G. (2012). "Race," racism and psychology: Toward a reflexive history (2nd. ed.). New York, NY: Routledge.

Ripley, W. Z. (1899). *The races of Europe: A sociological study*. New York, NY: D. Appleton.

Rushton, J. P. (1985). Differential K Theory: The sociobiology of individual and group differences. *Personality and Individual Differences*, 6(4), 441–452.

Rushton, J. P. (1995). *Race, evolution and behavior: A life history perspective*. New Brunswick, NJ: Transaction.

Rushton, J. P., & Bogaert, A. F. (1989). Population differences in susceptibility to AIDS: An evolutionary analysis. *Social Science & Medicine*, 28(12), 1211–1220.

Salter, P., & Adams, G. (2010). Racism. In P. L. Mason (Ed.), *Encyclopedia of race and racism* (2nd ed., Vol. 3, pp. 413–417). New York, NY: Gale Cengage.

Samelson, F. (1978). From “race psychology” to “studies in prejudice”: Some observations on the thematic reversal in social psychology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences* 14(3), 265–278.

Samelson, F. (1979). Putting psychology on the map: Ideology and intelligence testing. In A. R. Buss (Ed.), *Psychology in social context* (pp. 103–168). New York, NY: Irvington.

Shields, S., & Bhatia, S. (2009). Darwin on race, gender, and culture. *American Psychologist*, 64(2), 111–119.

Shuey, A. (1958). *The testing of Negro intelligence*. Lynchburg, VA: J. P. Bell.

Snyderman, M., & Herrnstein, R. J. (1983). Intelligence tests and the Immigration Act of 1924. *American Psychologist*, 38(9), 986–995.

Spiro, J. P. (2009). *Defending the master race: Conservation, eugenics, and the legacy of Madison Grant*. Burlington: University of Vermont Press.

Sternberg, R. J. (1985). *Beyond IQ: A triarchic theory of intelligence*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.

Stout, D., & Stuart, S. (1991). E. G. Boring's review of Brigham: A case study in the politics of reviews. *Social Studies of Science*, 21(1), 133–142.

Strong, A. C. (1913). Three hundred and fifty white and colored children measured by the Binet-Simon measuring scale. *Pedagogical Seminary*, 20(4), 485–512.

Teo, T. (2008). From speculation to epistemological violence in psychology: A critical-hermeneutic reconstruction. *Theory & Psychology*, 18(1), 47–67.

Terman, L. (1916). *The measurement of intelligence*. New York, NY: Houghton Mifflin.

Terman, L. (1924). The mental test as a psychological method. *Psychological Review*, 31(2), 93–117.

Tucker, W. H. (1994). *The science and politics of racial research*. Urbana: University of Illinois Press.

Tucker, W. H. (2002). *The funding of scientific racism: Wickliffe Draper and the Pioneer Fund*. Urbana: University of Illinois Press.

Tucker, W. H. (2008). *The Cattell controversy*. Urbana: University of Illinois Press.

UNESCO. (1969). Statement on the nature of race and race differences. In J. Hiernaux & M. Banon (Eds.), *Four statements on the race question* (pp. 36–41). Paris, France: UNESCO.

Vernon, P. E. (1979). *Intelligence: Heredity and environment*. San Francisco, CA: W. H. Freeman.

Weisberg, M., & Paul, D. (2016, April 19). Morton, Gould, and bias: A comment on “The mismeasure of science” <<https://dx.doi.org/10.1371/journal.pbio.1002444>>. *PLoS Biology*, 14(4).

Weizmann, F., Wiener, N., Wiesenthal, D., & Ziegler, M. (1990). Differential K-Theory and racial hierarchies. *Canadian Psychology*, 31(1), 1–13.

Winston, A. S. (1996). “As his name indicates”: R. S. Woodworth’s letters of reference and employment for Jewish psychologists in the 1930s. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 32(1), 30–43.

Winston, A. S. (1998). Science in the service of the far right: Henry E. Garrett, the IAAEE and the Liberty Lobby. *Journal of Social Issues*, 54(1), 179–209.

Winston, A. S. (Ed.). (2004). *Defining difference: Race and racism in the history of psychology*. Washington, DC: American Psychological Association.

Winston, A. S. (2011). Value neutrality and SPSSI: The quest for policy, purity, and legitimacy. *Journal of Social Issues*, 67(1), 59–72.

Winston, A. S. (2018). Neoliberalism and IQ: Naturalizing economic and racial inequality. *Theory & Psychology*, 28(5), 600–618.

Winston, A. S., Butzer, B., & Ferris, M. (2004). Constructing difference: Intelligence, heredity, and race in textbooks, 1930–1970. In A. S. Winston (Ed.), *Defining difference: Race and racism in the history of psychology* (pp. 199–230).

Washington, DC: American Psychological Association.

Woodworth, R. S. (1910). Racial differences in mental traits. *Science*, 31(78), 171–186.

Woodworth, R. S. (1941). *Heredity and environment: A critical survey of recently published material on twins and foster children*. New York, NY: Social Science Research Council Bulletin.

Yerkes, R. M. (Ed.). (1921). Psychological examining in the United States Army. *Memoirs of the National Academy of Sciences*, 15. Washington: Government Printing Office.

Yoakum, C. S., & Yerkes, R. M. (Eds.). (1920). *Army mental tests*. New York, NY: Henry Holt.

Zenderland, L. (1997). The Bell Curve and the shape of history. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 33(2), 135–139.

Zenderland, L. (1998). *Measuring minds: Henry Herbert Goddard and the origins of American intelligence testing*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Zuckerman, M., & Brody, N. (1988). Oysters, rabbits, and people. A critique of race differences in behavior by J. P. Rushton. *Personality and individual differences*, 9(6), 1025–1033.